



ACADEMIA MILITAR

**O encerramento de postos na GNR e as suas implicações no
sentimento de insegurança das populações**

Caso de estudo de Venda Nova

Autor: : Aspirante de Infantaria da GNR Rui Pedro Rodrigues Bento

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Carlos Gomes de Almeida

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

**O encerramento de postos na GNR e as suas implicações no
sentimento de insegurança das populações**

Caso de estudo de Venda Nova

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Rui Pedro Rodrigues Bento

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Carlos Gomes de Almeida

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

Dedicatória

*Por tudo,
Aos meus pais.*

Agradecimentos

O Trabalho de Investigação Aplicada representa o término de rigorosos desafios, pelo que expresso toda a minha gratidão a todos os que incontestavelmente contribuíram para a sua concretização.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Carlos António Gomes de Almeida, pela constante disponibilidade demonstrada, pela orientação da investigação, pelo conhecimento transmitido e pela dedicação exposta nos conselhos que deu;

Ao Major Carlos Falcão, que foi incansável em me elucidar da realidade direcionando-me no melhor caminho a seguir, revelando-se sempre presente tornando-se primordial nesta investigação;

À Tenente Pinto Miranda, pelo apoio prestado na cedência de documentos e pela brevidade demonstrada na resolução de algumas dificuldades;

Ao Presidente da União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, António Reis, em representação de todos os presidentes de junta das freguesias envolvidas no estudo, pelo apoio prestado na colheita de dados, bem como pela disponibilidade e celeridade demonstrada;

Ao Mestre Florestal Principal Lima Correia, pela preciosa ajuda prestada no trabalho de campo, bem como pela experiência profissional transmitida;

À Dra. Elisete Correia pela sua disponibilidade e pelas sugestões determinantes para a melhoria do desenvolvimento dos questionários;

À Cláudia Madureira pela disponibilidade e preciosa ajuda;

A todos os inquiridos que voluntariamente responderam aos questionários sem os quais seria impossível alcançar os objetivos propostos;

À Guarda Nacional Republicana e à Academia Militar pela formação, académica e profissional;

Por fim, aos camaradas do XX Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, pelos bons e maus momentos da vida que transpomos juntos.

A todos os que colaboraram para a concretização desta investigação.

A todos vós, **BEM-HAJAM!**

Resumo

A fim de encontrar a origem dos problemas que afetam diretamente a criminalidade e a insegurança surge a necessidade de implementação de um policiamento orientado para a resolução de problemas, a participação dos cidadãos na segurança, permitindo o bem-estar à população – o policiamento de proximidade. Para este efeito, a GNR direciona uma atuação proativa que permite ampliar o sentimento de segurança das pessoas em consequência de uma maior intensidade e visibilidade do patrulhamento.

O presente estudo pretende avaliar o sentimento de insegurança experienciado pela população após o encerramento do posto da Guarda Nacional Republicana de Venda Nova no concelho de Montalegre, originando para tal um conjunto de questões de investigação, bem como de hipóteses, utilizando para o efeito um estudo exploratório, descritivo e correlacional e uma investigação de tipo quantitativo.

Assim, foram primeiramente operacionalizados os conceitos relevantes para efeitos de enquadramento e compreensão do assunto em estudo, tendo-se em seguida procedido ao tratamento dos dados resultantes do questionário aplicado à população abrangida pelo encerramento do posto, com o intuito de alcançar o objetivo do trabalho e de responder ao problema anteriormente referido, que se encontra compreendido nas conclusões e nas recomendações.

Em conclusão, este estudo contempla uma localidade com o predomínio de população feminina, idosa, com menos anos de escolaridade, com mais pessoas casadas, mais trabalhadores por conta de outrem e reformados/pensionistas. Das questões formuladas com o intuito de relacionar as componentes do sentimento de insegurança (medo do crime, vitimação e componente comportamental), conclui-se que o sexo, a idade e a situação profissional revelaram influenciar o sentimento de insegurança não se verificando o mesmo para as habilitações literárias da população estudada. Como preocupações com o encerramento do posto da GNR, destaca-se a maior distância que atualmente os separa.

Palavras-chave: Sentimento de Insegurança; Policiamento de Proximidade; Encerramento de posto da Guarda Nacional Republicana; Venda Nova.

Abstract

In order to find the problems' source that directly affect the crime and insecurity arises the need to implement an oriented policing for solving problems, for the shared responsibility and for the citizen participation in security, allowing the welfare and tranquility within the population – the community policing. To this end, the *GNR* directs a proactive role which allows the increase of the persons' sense of security as a result of an increased patrol intensity and visibility.

This study aims to evaluate the degree of insecurity felt by the population regarding the shutdown of *Guarda Nacional Republicana* police station in Venda Nova, resulting in a set of research questions and hypotheses, using for this the hypothetical- deductive method and a quantitative investigation.

Therefore, the relevant concepts for the purposes of framing and understanding of the subject under study were first operated, having then proceeded to the processing of data resulting from the questionnaire delivered to the population affected by the shutdown of the station, in order to achieve the objective of this work and to respond to the above mentioned problem, which is comprised in the conclusions and recommendations.

In conclusion , this study contemplates a location with a predominance of the female, elderly, with fewer years of schooling population, with more married people and more workers for others and retirees/pensioners. From the created questions in order to relate the components of the sense of insecurity (fear of crime, victimization and behavioral component), it is concluded that sex, age and employment status showed influence in the sense of insecurity, which did not applied to the educational attainment of the population studied. This population reveals concerns with the closure of the *GNR*'s station, highlighting the greater distance that now tears them apart.

Keywords: Sense of Insecurity; Community Policing; Shut down of the *GNR* station; Venda Nova.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Quadros	viii
Lista de Apêndices	ix
Lista de Siglas	x
Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.2. Justificação do tema.....	3
1.3. Definição dos objetivos	5
1.4. Questão central	5
1.5. Questões derivadas e hipóteses.....	5
1.6. Metodologia.....	6
1.7. Estrutura do trabalho.....	7
Capítulo 2 Guarda Nacional Republicana	8
2.1. Pressupostos legais	8
2.2. Policiamento de proximidade	10
Capítulo 3 Segurança e Sentimento de Insegurança	14
3.1. Conceitos de segurança e sentimento de insegurança	14
3.2. Medo do crime	16
3.3. Vitimação.....	18

3.4. Componente comportamental	21
3.5. Relação entre algumas variáveis e as componentes do sentimento de insegurança	22
Capítulo 4 Metodologia da parte prática	25
4.1. Introdução	25
4.2. Metodologia de abordagem ao problema e justificação	25
4.3. Procedimentos e técnicas	27
4.4. O inquérito por questionário	27
4.5. Variáveis do estudo.....	30
4.6. Caracterização da amostra	31
Capítulo 5 Resultados do trabalho da investigação empírica	33
5.1. Introdução	33
5.2. Dados sociodemográficos dos inquiridos	34
5.3. Apresentação e análise dos resultados	37
5.4. Discussão dos resultados	46
Capítulo 6 Conclusões e Recomendações	52
6.1. Introdução	52
6.2. Verificação das hipóteses e resposta às questões derivadas	52
6.3. Reflexões finais e recomendações	55
6.4. Limitações da investigação	56
6.5. Investigações futuras	57
Bibliografia.....	58
Apêndices.....	1

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Freguesias do concelho de Montalegre em estudo	4
Figura n.º 2 – Nova Divisão Administrativa do Concelho de Montalegre	31
Figura n.º 3 – Caracterização da amostra segundo o sexo.....	34
Figura n.º 4 - Caracterização da amostra segundo a idade	35
Figura n.º 5 – Caracterização da amostra segundo as habilitações literárias.....	36
Figura n.º 6 – Caracterização da amostra segundo a situação profissional	36
Figura n.º 7 – Caracterização da amostra segundo o estado civil.....	37
Figura n.º 8 – Distribuição da amostra segundo a alteração de comportamento na sua segurança pessoal.	44
Figura n.º 9 - Distribuição da amostra segundo a alteração de comportamento na segurança dos seus bens.	45
Figura n.º 10 – MANOVA - Sentimento de insegurança em função do sexo e idade	7
Figura n.º 11 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função do sexo e idade	8
Figura n.º 12 – Teste post-hoc - Sentimento de insegurança em função da situação profissional	12

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Questões derivadas e hipóteses.	6
Quadro n.º 2 – Teste t de student para amostras independentes segundo o sexo e a idade.	38
Quadro n.º 3 – Sentimento de insegurança em função do sexo.....	39
Quadro n.º 4 – Prevalência cumulativa e corrente de vitimação em função do sexo.....	40
Quadro n.º 5 – Teste qui-quadrado para a prevalência cumulativa e prevalência corrente relativamente ao sexo.	41
Quadro n.º 6 – Sentimento de insegurança em função da idade.....	41
Quadro n.º 7 – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.....	42
Quadro n.º 8 – Sentimento de insegurança em função da situação profissional.	43
Quadro n.º 9 – Preocupações manifestadas pelos inquiridos após o encerramento do posto da GNR.	44
Quadro n.º 10 – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.....	9
Quadro n.º 11 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.	10
Quadro n.º 12 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função da situação profissional.	11

Lista de Apêndices

Apêndice A – Questionário	2
Apêndice B – MANOVA – Sentimento de insegurança em função do sexo e idade.....	7
Apêndice C – ANOVA – Sentimento de insegurança em função do sexo e idade	8
Apêndice D – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.....	9
Apêndice E – ANOVA – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias	10
Apêndice F – ANOVA – Sentimento de insegurança em função da situação profissional.	11
Apêndice G – Teste post-hoc – Sentimento de insegurança em função da situação profissional	12

Lista de Siglas

AP – Administração Pública

GNR – Guarda Nacional Republicana

PP – Policiamento de Proximidade

QV – Qualidade de Vida

RCFTIA – Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

SI – Sentimento de Insegurança

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento da investigação

O sentimento de insegurança pode levar a atitudes de insatisfação, de falta de confiança e de ansiedade na vida das pessoas ou na relação com a comunidade, evidenciando uma atitude negativa da população. Isto acaba por restringir a liberdade e as rotinas do quotidiano dos cidadãos, levando a problemas na interação destes com a comunidade, como a solidariedade entre residentes (Fonseca, 2013).

Alguns autores associam este conceito ao de violência, na medida em que este adota contornos multifacetados ao longo de toda a história da humanidade, possuindo uma grande influência nas relações sociais e na qualidade de vida (QV) da população, quer a nível individual como comunitário, podendo impulsionar um sentimento de insegurança face à espécie de crime, da sua proximidade e ao tipo de violência exercida.

Estas perceções ou sentimentos de insegurança têm vindo a revelar-se um problema grave e atual nas sociedades modernas, pois afetam um grande número de pessoas, levando a que este se torne mais problemático do que um ilícito criminal, desenvolvendo nas pessoas o medo do crime. Para Garofalo (1981), o medo do crime traduz-se numa reação emocional motivada por uma sensação de perigo e ansiedade, devido à ameaça de danos físicos e sociais, sentida através de sinais existentes no meio envolvente, e que de alguma forma, se encontram associadas ao crime. Ricardo (2012), refere também que o sentimento de insegurança não é “irreal ou imaginário”, associando-se a uma sensação difusa de angústia.

Apesar da sua difícil medição Skogan (1999) em “The various meanings of fear”, direciona o sentimento de insegurança em alguns aspetos chave: a preocupação com o crime, a avaliação do risco de vitimação, a ameaça do crime e o comportamento medroso. Perante isto, é possível dizer que o sentimento de insegurança integra na sua caracterização três componentes fundamentais, sendo estas o medo do crime (componente afetiva), a

vitimação ou risco de vitimação (componente cognitiva) e por fim, a componente comportamental (Guedes, 2012).

Foram estas as componentes que tivemos presente na elaboração deste estudo de investigação, com o objetivo de avaliar o grau de insegurança da população de Venda Nova do concelho de Montalegre, após o encerramento do posto local da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a sua deslocalização e centralização em Montalegre.

A GNR, enquanto força de segurança, admite como missões, de entre outras, as missões de carácter policial que se cumprem através do patrulhamento intensivo de toda a zona de ação da GNR, sendo exercidas, prioritária e quotidianamente de forma preventiva, a vigilância, a fiscalização e presença, bem como, a atuação corretiva como exigência do cumprimento da lei e as missões de segurança e ordem pública, que visam garantir a segurança e a tranquilidade públicas, em conformidade com o disposto na sua lei orgânica. (Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho).

Os militares da GNR atuam assim como elementos dinamizadores de civismo da coesão social e da segurança da comunidade, executando ações de prevenção criminal, de acordo com as expectativas de segurança da comunidade e, deste modo, aumentam o grau de integração, melhorando a comunicação e a ligação com toda a sociedade. A visibilidade das forças de segurança e a sua capacidade para resolver os problemas concretos dos cidadãos corresponde ao que hoje se designa por policiamento de proximidade, que assenta numa filosofia e estratégia de organização que permite à GNR trabalhar em conjunto com a comunidade, dando maior satisfação à população através deste mútuo apoio (Copeto, 2011).

Este tipo de policiamento, além de impulsionar em cooperação com outras entidades a QV dos cidadãos num contacto mais direto e constante, realizando um policiamento proativo, procura promover a segurança e o bem-estar na comunidade.

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) surge como uma etapa de formação dos cursos de Oficiais da Academia Militar, tendo como objetivo conferir aptidões de investigação, bem como a aquisição do grau académico de Mestre, em Ciências Militares, na especialidade de Segurança. Como tal, foi utilizada a metodologia inerente a um trabalho científico, com o permanente intuito de colaborar para o progresso do conhecimento presente na GNR.

1.2. Justificação do tema

Tendo em conta o encerramento de postos territoriais da GNR ao longo de todo o território nacional, é de todo pertinente procurar saber quais as consequências que advêm do encerramento destas instalações nas populações locais, designadamente no que toca ao sentimento de insegurança por estas experienciado, no sentido de ir ao encontro de uma temática pertinente a nível institucional, no domínio da Segurança.

Este tema visa investigar qual o sentimento de insegurança experienciado pelas populações de Venda Nova do concelho de Montalegre, após o encerramento do posto da GNR.

O posto territorial de Venda Nova que tinha a seu cargo uma parte significativa do concelho de Montalegre foi encerrado em 01-09-2011, por determinação do Exmo. Tenente-General, Comandante Geral da GNR, ao abrigo de orientações superiores do Ministério da Administração Interna, face à falta de condições do edifício.

De acordo com a NOTA 2114/11 de 29 de Setembro de 2011 do Comando Territorial de Vila Real, este posto tinha como responsabilidade o policiamento correspondente atualmente a 8 freguesias, com cerca de 4715 habitantes numa área de 339 Km. Com este encerramento, a segurança passou a ser feita pelo posto territorial de Montalegre, tendo à sua responsabilidade uma área de 805,45 Km², havendo por isso localidades a mais de uma hora de distância do posto sede do concelho. O efetivo da GNR ali existente foi assim colocado em Montalegre, ficando todo o patrulhamento à sua responsabilidade.

O concelho de Montalegre dada a sua localização geográfica, à sua extensa área territorial, as acessibilidades deste concelho são limitados e difíceis, não se restringindo apenas ao número e extensão de estradas nacionais no concelho, mas também à qualidade das mesmas, dificultando o exercício de funções essenciais ao bom desenvolvimento local.

A figura nº 1 mostra a distribuição das freguesias do concelho de Montalegre, destacando algumas freguesias incluídas no nosso estudo.

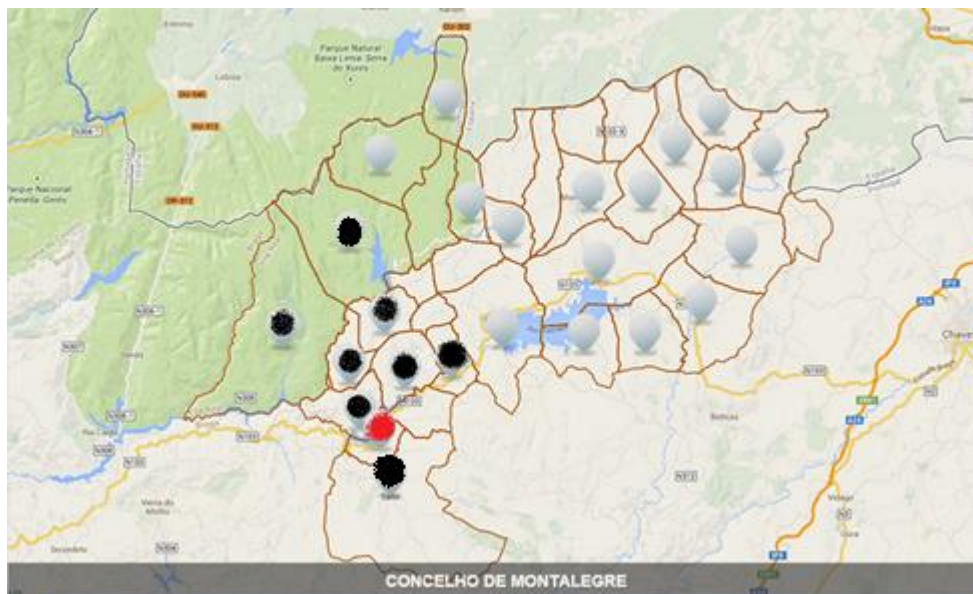


Figura n.º 1 – Freguesias do concelho de Montalegre em estudo.

A localidade da União de Freguesias de Venda Nova e Pondras (antiga freguesia de Venda Nova), com o posto da GNR ali localizado, fazia o policiamento à população em estudo, distribuída pelas diversas freguesias do concelho de Montalegre, nomeadamente, Cabril, Covelo do Gerês, Ferral, Outeiro, Reigoso, Salto, União de freguesias de Paradela, Coutim e Fiães, União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, e por último a freguesia de Vila da Ponte, cujas populações foram abrangidas com o encerramento deste posto.

O conjunto destas freguesias tinha a sede do posto da GNR em Venda Nova, pelo que ao longo do trabalho nos referimos sempre à freguesia de Venda Nova, correspondendo à União de Freguesias de Venda Nova e Pondras de acordo com a atual divisão administrativa. Os militares sediados neste posto patrulhavam toda esta área, daí termos considerado neste estudo toda a população destas nove freguesias uma vez que pertenciam à zona de ação deste posto.

Clarificando melhor, esta população que até à data dispunha de um posto próximo da sua área de residência deixou de o possuir, pelo que julgámos pertinente explorar as componentes do sentimento de insegurança, como a vitimação, o medo do crime e a componente comportamental vivenciada por estas populações após o seu encerramento e relaciona-las com variáveis individuais, como o sexo, a idade, as habilitações literárias, a situação profissional e o estado civil das mesmas.

1.3. Definição dos objetivos

Com vista a identificar o que pretendemos fazer ao longo do estudo achamos conveniente elaborar os objetivos do estudo, tendo presente que o objetivo de um estudo “é o enunciado declarativo que precisa as variáveis chave, a população alvo e a orientação da investigação” (Fortin, 2003, p. 100).

Assim, o objetivo geral deste estudo é avaliar o grau de insegurança sentido pela população, face ao encerramento de posto da GNR de Venda Nova do concelho de Montalegre.

Na sequência deste objetivo geral, surgem alguns objetivos específicos, aos quais este estudo vai tentar responder. Desta forma, um dos objetivos específicos deste trabalho visa caracterizar sócio demograficamente a população do estudo. Após esta caracterização, pretende-se identificar o grau de insegurança desta população e relacionar as componentes do sentimento de insegurança (vitimação, medo do crime e componente comportamental) com as variáveis em estudo.

Por último, este estudo tem ainda como objetivo específico identificar as preocupações manifestadas pela população residente na localidade em estudo, relativamente ao encerramento deste posto.

1.4. Questão central

Em função dos objetivos propostos formulou-se uma questão central: **Qual o sentimento de insegurança experienciado pela população após o encerramento do posto da Guarda Nacional Republicana de Venda Nova no concelho de Montalegre?**

1.5. Questões derivadas e hipóteses

A questão de investigação é o primeiro passo do processo de investigação. Para Lewis e Pamela (1987), uma questão de investigação é aquela que explicita precisamente a área de investigação, orienta o tipo de informação necessária, como a recolha de informação para a resolução de um problema.

Seguidamente será apresentado um quadro com as questões derivadas e as hipóteses para as quais o estudo pretende dar resposta.

Quadro n.º 1 – Questões derivadas e hipóteses.

Questões derivadas	Hipóteses
QD 1. De que forma se encontra relacionado o sentimento de insegurança com o sexo, idade, habilitações literárias e situação profissional?	H1. O sentimento de insegurança varia de acordo com o género. H2. O sentimento de insegurança varia de acordo com a idade. H3. O sentimento de insegurança varia de acordo com as habilitações literárias. H4. O sentimento de insegurança varia de acordo com a situação profissional.
QD 2. Quais as preocupações manifestadas pela população com o encerramento deste posto?	H5. A população sente-se preocupada com a segurança dos seus bens. H6. A população sente-se preocupada com a sua segurança pessoal.
QD 3. Quais os comportamentos adotados pela população após o encerramento deste posto?	H7. A população alterou os habituais convívios sociais. H8. A população reforçou a segurança das habitações.

1.6. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho de investigação constitui um instrumento de trabalho imprescindível, que contribui para assegurar a qualidade e viabilidade dos resultados de investigação. É ao longo da fase metodológica, que segundo Fortin (2003) o investigador determina os métodos que vai utilizar para obter as respostas às questões de investigação ou às hipóteses formuladas. Esta inclui diferentes modos de formular hipóteses, métodos de observação, colheita de dados, mensuração de variáveis, técnicas de análise e um vasto leque de componentes que intervêm num estudo de pesquisa, sendo por isso, a sistematização do processo de investigação e constitui o fio condutor que orienta o trabalho de investigação.

Tendo isto em conta, a metodologia implementada encontra-se de acordo com a Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2ª da Direção de Ensino, de 01 de junho de 2013, da Academia Militar. Contudo, encontra-se complementada com as indicações e apreciações de Sarmiento (2008) e outros autores, no que concerne à elaboração do RCFTIA.

Numa primeira fase, através da fase conceptual deu-se início à escolha e formulação do problema, à revisão da literatura de todo o tipo de obras que tivessem uma relação com a temática abordada, e foi ainda elaborado um quadro de referência com o objetivo de

formular as questões de investigação ou as hipóteses e delimitar o âmbito deste estudo. Após isto começa a fase metodológica, a qual diz respeito à definição do método para responder às questões do inquérito (Freixo, 2013).

A fase empírica do trabalho vem em último lugar, uma vez que constitui a recolha de informação obtida ao longo de todo o trabalho de campo, sendo posteriormente apresentados, analisados e interpretados todos esses dados. Uma vez realizado o tratamento dos resultados são elaboradas as conclusões através da confirmação ou impugnação de hipóteses, da resposta às questões derivadas definidas e, por fim, à questão central do trabalho, podendo ainda ser propostos novos percursos de investigação e indicadas recomendações (Freixo, 2013).

1.7. Estrutura do trabalho

O presente trabalho estrutura-se em três partes fundamentais, sendo a primeira reservada ao enquadramento do trabalho, à justificação do tema, à definição dos objetivos, à questão central e derivadas, e ainda à formulação das hipóteses.

A segunda parte do trabalho diz respeito ao enquadramento teórico necessário à obtenção de um conjunto de conceções e pressupostos inerentes à nossa problemática, o qual se inicia com uma abordagem ao PP e uma análise sobre as várias componentes que o caracterizam, relacionando-as com o papel da GNR. Seguidamente aborda-se a temática sobre o qual assenta todo o estudo, ou seja, o sentimento de insegurança, procurando saber como os autores o caracterizam de uma forma geral, destacando as componentes de vitimação, medo do crime e a componente comportamental em que se apoiou o estudo.

A terceira parte do trabalho descreve a metodologia da parte prática, onde é definido o tipo de análise, os procedimentos e técnicas adotadas, as variáveis de estudo, bem como a caracterização da amostra presente nesta investigação. Apresenta ainda a descrição dos instrumentos de colheita de dados utilizados, assim como todo o procedimento desenvolvido na recolha dos mesmos e o respetivo tratamento estatístico. Ainda neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da investigação empírica.

Finalmente, o trabalho termina com uma conclusão, dando realce aos resultados considerados relevantes, confirmando-se ou refutando-se as hipóteses, procurando deste modo responder à questão central e derivadas desta, com vista a atingir o objetivo geral e os objetivos específicos definidos previamente.

Capítulo 2

Guarda Nacional Republicana

2.1. Pressupostos legais

A Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro de 2007, define a GNR, como sendo uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa (n.º 1 do artigo 1º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro de 2007) tendo por missão, no âmbito dos sistemas de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional sendo as suas atribuições prosseguidas em todo o território nacional e no mar territorial (artigo 5º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro de 2007).

Também neste artigo, são definidas as suas atribuições, como sendo, garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, garantir a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens, prevenir a criminalidade em geral, proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos, defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança e com os órgãos autárquicos.

Para o efeito, os comandos territoriais articulam-se em comando, serviços e subunidades operacionais, sendo estes os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos (artigo 39º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro de 2007).

Também o Regulamento Geral do Serviço GNR (Despacho n.º 10393/20120, de 22 de junho), no seu artigo 6º, define como áreas onde se desenvolve a missão da GNR, as seguintes: policial, de segurança e ordem pública, de fiscalização e regulação da circulação rodoviária, de fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro, de controlo costeiro, de investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira, de proteção da natureza e do ambiente, de proteção e socorro, honorífica e de representação, e área militar.

Destas, destacamos as missões descritas nos números 2 e 3 do respetivo artigo: as missões de carácter policial que se cumprem através do patrulhamento intensivo de toda a

zona de ação da GNR, sendo exercidas, prioritária e quotidianamente, de forma preventiva, pela vigilância, fiscalização e presença, bem como, eventualmente, pela atuação corretiva como exigência do cumprimento da lei e as missões de segurança e ordem pública, as quais têm como fim último a segurança e a tranquilidade públicas.

A atuação dos militares da GNR no serviço policial deve orientar-se prioritariamente por uma sistemática ação proativa, de visibilidade e preventiva, de auxílio e proteção das populações, recorrendo a todos os meios legítimos de forma a prevenir e a evitar a prática de ilícitos criminais ou contraordenacionais, de acordo com o artigo 156º, sendo o desenvolvimento desta atividade efetuado tão perto quanto possível das populações.

O PP introduz novas perspetivas de atuação alargando as suas atividades, promovendo a manutenção da ordem, a mediação ou resolução de conflitos e de problemas através da prestação de serviços e outras atividades que poderão colocar em risco o bem-estar da comunidade, impondo-se assim, que a QV da comunidade ocupe um papel primordial, com redução das taxas de criminalidade como uma das prioridades (Fonseca, 2013). Assim, o serviço policial da GNR é fundamentalmente desempenhado através de patrulhas, feitas pelos militares dos postos ou de outros escalões, que constituem a sua principal modalidade de exercício, assim como visitas às localidades, feitas pelos oficiais e pelos comandantes dos postos, para tomarem conhecimento do que interessa às populações dessas áreas, relativamente ao policiamento ou a qualquer outro fim relacionado com o serviço (artigo 161º).

Sendo as patrulhas fundamentalmente destinadas à proteção das pessoas e bens e a zelar pelo cumprimento das leis e outras disposições regulamentares, devem atuar neste campo da sua missão geral, independentemente da missão específica (artigo 162º). Deve, igualmente ser preocupação dominante, qualquer que seja a natureza do patrulhamento, o reconhecimento ativo da sua zona de ação e a vigilância de pontos e instalações sensíveis existentes na área, possibilitando-se ao efetivo o conhecimento da localização de forma a poder efetuar a sua vigilância. Daí que, devem ser fornecidas todas as informações conhecidas a respeito de suspeitos sob ação da justiça e facultados os elementos disponíveis sobre quaisquer delitos em que possam intervir.

Também no nº 1 do artigo 267, da Constituição da República Portuguesa, define a estrutura da Administração Pública (AP), de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão ativa, apresentando cinco princípios constitucionais sobre a organização administrativa.

Destes destacamos o princípio dos serviços às populações, que define que a AP deve ser estruturada de tal forma que os seus serviços se localizem o mais possível junto das populações que visam servir (do ponto de vista geográfico), ou seja, as funções de cada serviço devem ser exercidas no nível territorial mais próximo possível dos respetivos destinatários.

Este modelo de PP que assenta numa filosofia e estratégia organizacional permite à GNR trabalhar com a comunidade através de um apoio mútuo e determinou a definição de duas estratégias principais: o desenvolvimento e implementação de novas formas de organização policial e técnicas de proximidade e visibilidade, no relacionamento diário entre o militar da GNR e o cidadão, bem como o estabelecimento de programas específicos focados em problemas concretos em grupos sociais vulneráveis, tendo em vista, a dimensão preventiva e dissuasora de eventuais comportamentos desviantes.

Isto levou a GNR à concretização de parcerias com vista à redução dos níveis subjetivos e objetivos de insegurança local e à eliminação ou minimização de focos que podem gerar atos ilícitos. Estas parcerias são reconhecidas como mecanismos de combate às causas geradoras de comportamentos antissociais, e conduzem a um trabalho em equipa, permitindo ganhos de eficiência e eficácia e aumentando o sentimento de segurança.

Os militares da GNR atuam assim, como elementos dinamizadores de civismo da coesão social e da segurança da comunidade, executando ações de prevenção criminal, de acordo com as expectativas de segurança da comunidade e, deste modo, aumentar o grau de integração, melhorando a comunicação e a ligação com toda a sociedade. Com tudo isto, fomentam a prestação de um serviço público, baseado na qualidade, na satisfação dos destinatários, na transparência e numa cultura de compromisso, contrato e parcerias com as comunidades e organizações públicas e privadas. Destaca-se assim o incentivo de um policiamento proativo, aumentando a qualidade da ação policial, desenvolvendo uma atitude positiva de prevenção e antecipação dos problemas (GNR, 2010).

2.2. Policiamento de proximidade

O conceito tradicional de segurança tende a aparecer associado à manutenção da ordem pública e ao controle da criminalidade. Contudo, as pessoas exprimem e experimentam atualmente preocupações e sentimentos de insegurança e incerteza na sua

vida quotidiana, deixando a segurança de ser exclusiva do estado, tornando-se um tema central para a sociedade civil e as pessoas na sua globalidade.

Segurança humana significa para Amaro (2008, p85) uma “vida livre de ameaças profundas aos direitos das pessoas, à sua segurança e das próprias vidas”. Isto implica proteger as pessoas expostas a ameaças, proteger as suas liberdades vitais. A segurança integra assim, dimensões do ser humano e da sua relação com o meio social e natural, apelando a proteção e à prevenção em situações de vulnerabilidade e não apenas ao cumprimento da ordem pública e ao garante do cumprimento das leis.

A sociedade tem ao longo dos últimos anos sofrido transformações, reflexo da inovação tecnológica que condiciona o nosso quotidiano, e as mudanças sentidas ao nível do enquadramento social e do sentimento de insegurança têm vindo a tornar o “cidadão mais exigente para com as forças de segurança, que são olhadas como último garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (Copeto, 2011, p.48). Para este autor, os recentes padrões de policiamento orientados em função dos problemas e expectativas do cidadão, obrigam à GNR a desenvolver a capacidade para dar uma resposta eficaz a novos desafios, ou seja, chamar o cidadão a ter um papel ativo na segurança, integrando-o no conceito de PP e de segurança comunitária, tornando-o mais participativo mas também mais exigente.

Damas (2004, p. 14), refere que o conceito de policiamento de proximidade provém do termo francês “*Police de Proximité*” e cuja principal característica é o contacto próximo e permanente no terreno que as forças policiais têm para as diversas questões em torno da população. Por sua vez Cezário (2009), refere que o PP tem ainda como objetivo a procura da origem dos problemas que vão afetar diretamente a criminalidade e a insegurança, com o intuito último de prestar bem-estar à população, atuando em parceria com outras instituições.

A visibilidade das forças de segurança e a sua capacidade para resolver os problemas concretos dos cidadãos corresponde ao que hoje se designa por PP, que tem como base uma filosofia e estratégia de organização que permite às forças de segurança trabalhar em conjunto com a comunidade, e através deste mútuo apoio dar uma satisfação à resolução dos problemas da sociedade. Neste sentido, as forças de segurança ao integrarem-se nos problemas da comunidade, distanciam-se do policiamento tradicional, rompendo com as tradicionais práticas repressivas no combate ao crime.

Para Birzer e Tannehill (2001) a mudança do policiamento reativo para o policiamento proativo pode implicar o conflito das práticas e dos valores policiais, isto é, a

polícia tradicional dá maior relevância ao exigente cumprimento da lei enquanto a polícia de proximidade apoia-se no estabelecimento ou na criação de relações com a comunidade e na resolução dos problemas a ela ligados. Neste contexto, Cerqueira (2001), como citado em Fonseca, 2013, p. 8) refere que não deve haver uma rejeição completa ao policiamento reativo, face ao PP, visto que “os valores fundamentais da polícia mais tradicional são importantes, nas respostas rápidas para casos de emergência e a efetiva aplicação das leis em vigor” para que se promova a segurança pública. O policiamento proativo apoia-se, não apenas no solucionar dos problemas existentes mas, no evitar a eventualidade dos mesmos através de uma atuação preventiva em colaboração com a comunidade.

Tendo presente os vários modelos de policiamento, e, partindo do princípio que a atividade policial se centra no cidadão, o PP não é indissociável do policiamento tradicional sendo antes complementar. Assim, uma atuação proativa permite ampliar o sentimento de segurança das pessoas em consequência de uma maior intensidade e visibilidade do patrulhamento. A população conhece melhor o guarda e este conhece melhor o cidadão, promovendo uma relação de confiança e segurança contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Copeto, 2011).

O PP promove não só a manutenção da ordem, bem como a mediação ou resolução de conflitos. Para além disto, faz face a vários problemas através da prestação de serviços e outras atividades que possam colocar em risco a população. Quanto à sua atuação pretende o controlo sistemático de distúrbios de pequenas ocorrências, de modo a evitar que estas escalem para situações mais complexas. Utiliza para tal ações simples de prevenção com o auxílio de programas de prevenção e de sensibilização, que abrangem grupos sociais específicos, de modo a minimizar problemas mais complicados (Fonseca, 2013).

Este autor faz ainda referência a Trojanowicz e Bucqueroux (1999) os quais definem o modo de atuação do PP como um comprometimento por parte de cada um dos agentes policiais e por parte dos funcionários civis do departamento policial com a sua filosofia. Este comprometimento tem como finalidade explorar novas atividades preventivas, as quais visam a resolução de ocorrências diárias, antes mesmo de estas acontecerem ou na impossibilidade de se colmatar essa hipótese, de as tornarem os menos lesáveis possíveis.

O objetivo principal do PP, segundo Fonseca (2013) passa por tentar melhorar a QV da comunidade, uma vez que visa reduzir a criminalidade e a insegurança através da resolução de problemas da comunidade. Assim sendo, segundo Lisboa e Dias (2008), o PP é, então, uma nova ideologia de organização e de atuação por parte das forças policiais,

que se apoia na ideia em que a população e as forças policiais devem cooperar mutuamente, não só de modo a encontrar soluções para os problemas da comunidade em torno da criminalidade e da desordem, bem como para tudo aquilo que possa diminuir o sentimento de segurança vivenciado por essa comunidade.

Capítulo 3

Segurança e Sentimento de Insegurança

3.1. Conceitos de segurança e sentimento de segurança

Tendo este estudo como objetivo identificar o sentimento de insegurança (SI) resultante do encerramento do posto da GNR na localidade de Venda Nova, concelho de Montalegre, será uma necessidade primordial perceber o que é a segurança e em que medida é que esta se diferencia do SI das populações.

Alves (1995, p. 13.) faz referência à origem etimológica da palavra “segurança”, a qual provém do latim “*securus*” e aponta para um estado ou situação livre de perigo, sendo frequente entender-se segurança como sinónimo de ausência de perigo. Refere ainda que a segurança é “tudo aquilo que faz a diferença entre a liberdade e a anarquia”. Para o autor a segurança prima pela prevenção de qualquer tipo de perigo que advenha contra a liberdade de uma população.

Contudo, o conceito de segurança é vasto e são vários os autores que nos apresentam um leque de conceitos que o identificam e caracterizam. Caiado (2013, p.29) descreve a segurança como um dos “objetivos ou fins últimos da política, a qual faz parte da sua essência e estabelece grande parte da sua atividade”. Além disto, a segurança é um valor essencial que deve existir e prevalecer numa sociedade livre e democrática, sendo concomitantemente um fator imprescindível para o desenvolvimento social e económico do país em paz e tranquilidade.

De acordo com o artigo 1º da Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto (Lei de Segurança Interna), a segurança é tida como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

Todavia não podemos encarar o conceito de segurança da mesma forma que encaramos o conceito de sentimento de insegurança. Segundo Kuhn e Agra (2010), a segurança não pode ser vista apenas de uma ótica, e como tal faz uma distinção entre “insegurança objetiva” e “insegurança subjetiva”. Assim, referem estes autores que quando nos referimos à insegurança objetiva, estamos apenas a constatar problemas sociais como a criminalidade predatória, a violência, as desordens urbanas ou a delinquência juvenil. Por sua vez, estes autores referem que a insegurança subjetiva, também é designada como SI, e esta expressa-se em dimensões cognitivas e afetivas. Faz assim uma ligação entre o conceito de segurança e o conceito de SI, referindo que não podemos avaliar e classificar a segurança apenas como uma atividade da polícia, mas sim como “uma aproximação da polícia aos cidadãos e vice-versa, criando uma certa responsabilização de ambos na manutenção da segurança.” (Caiado, 2013, p. 34).

Fraga (2001, p. 8) refere que a segurança é “algo que nos é exterior, tal como se ela nos fosse fornecida, nos fosse doada ou não dependesse de nós”, tornando por isso difícil de compreender que “a segurança depende de nós mesmos, porque começa por aquilo que sentimos em relação a determinada situação, pessoa ou animal”.

Caiado (2013, p. 38) afirma, por sua vez que, o SI acaba por ser “um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime”. Isto vai ao encontro ao que Lourenço (2010, p. 24) nos transmite relativamente a este sentimento, uma vez que, segundo o autor, retrata a expressão de uma representação social do meio, no qual se enquadram lógicas culturais, de identidade e lógicas situacionais, as quais estão ligadas à experiência e à realidade vivida. Este autor, menciona ainda, que a “cristalização do sentimento de insegurança no crime é facilitada pela sua própria natureza, ou seja, o crime afeta o indivíduo no seu corpo, nos seus haveres e na violação do seu domicílio, isto é, na sua privacidade”, referindo ainda que “se olharmos a segurança como um sentimento, torna-se mais fácil perceber que ela começa por estar dentro de nós”.

Oliveira (como citado em Caiado, 2013, p.40), vai mais longe e considera que este SI é “referenciado pelo poder político e pelos *media* para significar a crescente falta de adesão dos cidadãos ao sistema normativo de uma comunidade ou da sociedade, fazendo recrudescer os comportamentos delinquentes, violentos e criminosos”. Retratado de uma forma menos complexa, este autor considera o SI como “aquele que tem a ver com a inquietação social em relação à criminalidade, quer por manifestações individuais, quer por manifestações coletivas.”

Avaliados todos estes conceitos e definições apresentados por este conjunto de autores, podemos afirmar que o SI pode ser entendido como uma condição psicológica do qual fazem parte diferentes componentes. E é esta condição que faz querer, muitas vezes, com que pessoas que vivem em locais onde a taxa de ocorrência de crimes é elevada se sintam mais seguras que outras que vivem em zonas mais nobres de uma determinada localidade (Caiado, 2013).

Embora seja difícil mensurá-lo, “o sentimento de insegurança não é irreal ou imaginário”, associando-se a uma “sensação difusa de angústia ou de ansiedade que permanece para além dos acontecimentos e que não possui um objeto definido” (Ricardo, 2012, p.18).

Apesar da difícil medição do SI, Skogan (1999) em “Measuring what matters: Crime, disorder, and fear”, conceptualiza este constructo em quatro aspetos chaves: preocupação com o crime, avaliação do risco de vitimação, ameaça do crime e comportamento medroso. Este autor foca-se nas avaliações que os indivíduos fazem em relação à extensão do crime enquanto problema sério no seio da sua comunidade, tratando-se de um julgamento sobre a frequência ou seriedade dos eventos. Quanto ao risco de vitimação, este autor caracteriza-o como a perceção que as pessoas têm da criminalidade, ou seja, a probabilidade de vitimação e, por sua vez, a ameaça do crime. Por fim, este autor refere que as diferentes maneiras de as pessoas reagirem e darem resposta face ao crime, refletem um foco no seu comportamento.

O SI é constituído por três componentes fundamentais, sendo estas o medo do crime (componente afetiva), a vitimação ou risco de vitimação (componente cognitiva) e por fim, a componente comportamental (Guedes, 2012). Assim sendo, dirigirmos a nossa atenção para cada uma destas componentes de forma mais pormenorizada, pois foram a base de orientação na avaliação do sentimento de insegurança deste estudo.

3.2. Medo do crime

O medo é definido por Garofalo (1981), como uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade, produzida pela ameaça de dano físico, isto é, deve ser provocado por estímulos percebidos no ambiente e que se relacionam com algum aspeto do crime para a pessoa.

Também para Ferraro & LaGrange, (1987) como citado em Guedes (2012), referem que o conceito de medo do crime tem um papel de extrema relevância para os atuais estudos alusivos à segurança pública, pois, o medo do crime é o problema mais importante que o próprio crime. Garofalo (1981, como citado em Castro, Matrak Filho e Monteiro, 2011, p. 98) refere que o medo do crime deve ser considerado atualmente como um dos “principais indicadores para poder definir corretamente a maneira de viver das nossas sociedades contemporâneas”.

Existem dois tipos de reações psicológicas face ao crime, sendo uma delas o medo e a outra a preocupação. Quanto ao medo do crime, este caracteriza-se pela “sensação de agitação ou ansiedade com a segurança”, a qual não se verifica apenas com aquilo que é experienciado no momento do perigo real, como também pode ser identificada como a reação a um potencial perigo para a pessoa. Por outro lado, a preocupação é “um estado de agitação em relação aos atos criminais no país onde se reside” (Guedes, 2012, p. 3).

Isto vai ao encontro à definição de medo do crime apresentado por Castro et al. (2011, p. 92), o qual o descreve como uma “sensação da antecipação, angústia e ansiedade de se tornar vítima de infração penal”, sem que para tal haja uma relação lógica com a realidade. Para estes autores, quando o medo do crime está relacionado à violência e esta por sua vez se exponencia momentaneamente, vai gerar um certo desconforto em toda a sociedade, uma vez que o que deveria causar prevenção começa a provocar uma modificação na condição de vida das pessoas.

Perez (2007) faz uma divisão do medo do crime, dizendo que este se pode dividir quer a nível individual quer a nível social. O primeiro diz respeito às condutas de proteção dentro e fora de casa que as pessoas possam tomar, nomeadamente instalação de sistemas de vigilância nas residências, ou ainda fazerem-se acompanhar de animais de estimação e até adquirirem armas de defesa pessoal. Quanto ao nível social, este autor refere ainda que as pessoas, devido ao medo de serem vítimas de um crime, podem até evitar certos lugares associados ao risco de ocorrência de crime, ou ainda evitar determinado tipo de interações sociais em espaço público.

O medo do crime manifesta-se sobretudo em comportamentos de proteção do domicílio ou medidas de prevenção face à vitimação, sendo expresso na primeira pessoa: “tenho medo de ser assaltado” ou “não me sinto seguro na rua à noite”, referindo-se assim a práticas e medidas preventivas dos indivíduos para evitar uma possível vitimação. O medo de sair à noite ou tomar medidas de prevenção traduz uma representação de risco relativamente ao local em que se vive (Machado, 2004). O sentimento de insegurança é

ambíguo e de complexa determinação, uma vez que traduz manifestações subjetivas de cada pessoa, as quais não podem ser captadas senão por meio das imagens e representações que cada pessoa faz de possíveis situações de perigo, sendo estas mais ou menos reais. Por sua vez, a preocupação pela ordem social traduz uma inquietação com a sociedade em geral, com o mundo dos valores e das normas, expressando-se, por exemplo, na exigência de uma ordem e de uma segurança de tipo repressivo (Frias, 2004).

O medo do crime tem origem em alguns elementos como a percepção da criminalidade, a experiência pessoal vivida por uma pessoa ou por pessoas próximas, as informações da comunicação social e as mudanças sociais (Rolim, 2009). O autor refere que, o medo do crime incide principalmente nos crimes violentos, e não noutra tipo de crime. Por exemplo, a grande maioria da população sente mais medo de ser vítima por homicídio, roubo ou violação do que ser ofendida por um crime de colarinho branco.

Jackson, Farrall e Gray (2007), referem que o medo do crime é um fator que afeta a vida de uma população, uma vez que este provoca as mais variadas consequências que se vão manifestar no quotidiano das pessoas.

Santos e Henrique (2005), referem que só se constrói uma sociedade equilibrada e com um bom nível de desenvolvimento social quando se puder andar pelas ruas com a tão procurada sensação de segurança, ou quando se tem a certeza de que o medo do crime está a ser reduzido.

3.3. Vitimação

O SI pode ser bipartido em duas dimensões, sendo a primeira relacionada com a dimensão afetiva, a qual é definida como a “reação emocional negativa que surge ante a ideia de ser-se vítima de diferentes condutas delituosas ou violentas, ou face a símbolos a estas associadas na vida quotidiana” e a segunda dimensão, relacionada com a percepção do risco de vitimação, ou seja, a antecipação da probabilidade de vir a ser vítima de um crime (Ferraro & LaGrange, 1987, como citado em Guedes, 2012, p.3).

Por sua vez, Guedes (2012) refere que a vitimação pode ser entendida segundo duas componentes: a vitimação direta e a vitimação indireta. A vitimação direta é um processo na qual uma pessoa foi vítima de um crime, e incorre numa perda imediata, tal como o roubo ou dano da propriedade, injúrias, ou o trauma psicológico que poderá estar associado a estas situações. Estas experiências podem fazer com que os seus sentimentos de

vulnerabilidade aumentem, uma vez que são confrontados com o facto de lhes ser atribuído o estatuto de vítima. A vitimação indireta diz respeito a indivíduos, que apesar de nunca terem sido vítimas de um ato criminal, diretamente, expressam medo do crime. Neste caso, as pessoas podem experimentar e apresentar as mesmas emoções que resultam de uma vitimação direta, apenas pelo conhecimento dos crimes, que adquirem por parte de outras pessoas.

A informação de outras vitimações é transmitida por amigos pessoais ou membros da família que foram vítimas, bem como pelas notícias da comunicação social (mídia), sendo esta, um dos principais fatores causadores de vitimação indireta, uma vez que “sobrestima, de forma consistente, a frequência da atividade criminal e a seriedade das violações reportadas” (Guedes, 2012, p. 18). Neste sentido, também Hale (1996), refere que a vitimação e o medo do crime se encontram relacionados, pois, o medo do crime tem origem nos níveis de atividade criminal de uma sociedade, ou no que as pessoas ouvem sobre esses indícios criminais, quer através de conversações quer através da comunicação social.

O conjunto dos mecanismos sociais de proximidade, a fiabilidade e confiança nas informações ou notícias divulgadas e a intervenção social das instituições, levam as pessoas a avaliar o risco da sua vitimização. Esta avaliação é efetuada não apenas numa perspetiva individual, mas é também resultado de um constructo social em relação à informação e à perceção, mais ou menos, aceitável da situação provocadora de insegurança (Leal, 2010). Este autor refere ainda, que por possíveis falhas de controlo do crime e das suas consequências, da propagação de informação mediática negativa, da perceção do risco de vitimação e da existência de stress originado por problemas sociais ou existência de ocorrência criminais, a comunidade pode percecionar um sentimento de insegurança que nada pode ter a ver com a realidade criminal.

Numa situação de vitimação a vítima não é, a única pessoa em sofrimento. As testemunhas, bem como os familiares e amigos, podem ser igualmente afetados podendo sofrer as consequências do mesmo (Caiado, 2013).

Vários estudos mostram que o medo não é proporcional ao risco de vitimação, levando alguns autores a referirem que o medo do crime é “irracional”. Outros estudos porém, demonstram uma relação complexa entre vitimação, medo do crime e os comportamentos adotados por razões e segurança, referindo que, o aumento do número de vitimações ao longo de um ano aumenta o medo e conduz a maior frequência na adoção de comportamentos de segurança (Guedes, 2012). Este autor refere que as pessoas que vivem

em locais de risco, ou integradas em grupos potencialmente de risco, tendem, a desenvolver mais comportamentos por razões de segurança, o que contribui para diminuir a correlação entre vitimação e medo do crime.

Sendo assim, estes autores, colocam de lado a tese do medo do crime como “irracional” e a desproporção entre o medo e a vitimação admitindo o medo como um sistema de “leitura da realidade envolvente”. Este é o processo que leva os “indivíduos que pertencem a grupos potencialmente mais frágeis a desenvolverem um maior sentimento de insegurança e, simultaneamente, a assumirem mais comportamentos de prevenção” (Lourenço, 2010, p. 26).

Guedes (2012) evidencia o facto de existir uma relação entre vitimação e medo do crime. Contudo, esta relação não é uniforme, ou seja, o facto de um cidadão ter sido vítima de um ato que viola a lei penal pode vir a tornar este cidadão mais cauteloso, porém, nem sempre o medo que este sente face ao crime aumenta. Para o autor, esta relação não uniforme entre o medo do crime e a vitimação, acontece pelo facto de a perceção do risco de vitimação de um cidadão aumentar após este ser vítima de um crime. Face a isto, este indivíduo vai aumentar um conjunto de mecanismos de autoproteção, como medida de prevenção de novas vitimações.

Torna-se assim difícil relacionar a vitimação direta com o medo do crime. Muitos dos estudos que são elaborados neste âmbito utilizam dimensões globais do medo, não possibilitando assim a análise dos determinados tipos de crimes envolvidos. Pesquisas mais recentes procuram utilizar nos seus estudos crimes específicos e relaciona-los com estas componentes do sentimento de insegurança (Guedes, 2012).

Por sua vez, quando se fala da vitimação indireta e o medo do crime a relação entre estas já é diferente. Alguns estudos encontraram uma forte associação entre estas componentes. Tais estudos revelam que o medo do crime é acrescido quando o indivíduo se identifica com a vítima, assim como, o sentido de vulnerabilidade pessoal desta aumenta sempre que são feitas comparações entre eles e as vítimas. Para o autor, o medo do crime é mais afetado pela vitimação indireta, pois esta admite que a imaginação dos indivíduos assume um alcance tal, sem ter urgência de encontrar alguma estratégia de lidar com as situações, e pelo facto desta se apresentar mais difundido, sendo por isso a vitimação direta a que menos afeta o medo do crime (Hale, 1996).

Skogan (1987), pretendeu verificar o efeito das experiências de vitimação no medo do crime e na adoção de comportamentos por razões de segurança. O autor realizou entrevistas a 1738 residentes de sete bairros de New Jersey e Texas, incluindo duas

entrevistas com cada respondente, num espaço de um ano. Na primeira entrevista abordava a informação base do medo do crime, adoção de comportamentos relacionados com o crime e experiências de vitimação anteriores. Na segunda entrevista mede estes aspetos para avaliar mudanças de atitudes e comportamentos durante o período de intervenção. O autor encontrou resultados importantes, designadamente que a vitimação mais recente estava, de forma consistente, relacionada com medidas de preocupação, medo e comportamentos defensivos. Concluiu com esta análise que, existia uma relação consistente e forte entre as experiências de crime recentes e as suas atitudes e comportamentos.

De acordo com Caiado (2013), os dados recolhidos nos vários estudos efetuados até hoje permitem concluir que parte dos SI é construída a partir de experiências individuais de vitimização e, de experiências coletivamente partilhadas de vitimizações. Considera o autor, que às experiências diretas de vitimização é necessário acrescentar, as experiências indiretas, pois, eram estas que faziam com que os receios de vitimização estivessem significativamente relacionados com as taxas de vitimização nas zonas de residência, de trabalho ou de lazer.

Daí, considerar a importância da vitimação na perceção e construção do SI, tendo por base vários fatores e, reforçando, que este será percecionado de diferentes formas, mediante, por exemplo, a idade de cada pessoa. Refere assim, que o SI é vivido e percecionado de uma forma singular pelos idosos, referindo, “... a situação do homem idoso é fortemente singular, atenta a diminuição da sua capacidade de ajustamento e sobrevivência, mesmo a nível psicológico, a ponto de poder modificar-lhe o carácter, a personalidade, a capacidade de adaptação, com aumento do sentimento de insegurança” (Caiado, 2013, p. 78),

3.4. Componente comportamental

A componente comportamental do SI reflete-se, no que as pessoas fazem face ao medo do crime ou ao risco percebido de crime, podendo contribuir para uma redução do próprio medo do crime. O medo da vitimação criminal, como as perceções de risco, tem um impacto importante nos seus comportamentos e decisões.

Estes comportamentos manifestam-se de dois modos: por um lado, as pessoas evitam (evitamento) determinados sítios e situações associados ao crime, e por outro lado, protegem-se (proteção) de locais e situações associados ao crime (Guedes, 2012).

Relativamente ao evitamento, o autor refere que as pessoas que têm medo do crime tendem a limitar o seu comportamento a áreas seguras, a evitar áreas inseguras de cidades e restaurantes, empregos e residências próximas dessas áreas inseguras. Contudo, a situação torna-se mais complexa para quem não é capaz de delimitar o seu comportamento a áreas seguras, devido por exemplo, a idade ou estatuto económico, o que torna estas pessoas prisioneiras das suas casas, levando-as a ter medo de andar nas ruas dos seus próprios bairros, e como tal, acabam muitas vezes por evitar sair de casa, devido ao medo do crime que possa ocorrer na sua zona habitacional. Os comportamentos de evitamento pretendem diminuir o risco pessoal de crime (Guedes, 2012).

Por outro lado, os comportamentos de proteção dizem respeito ao conjunto de condutas de defesa e proteção que as próprias pessoas tomam, como forma de fazer face ao medo do crime como, a compra de armas, o uso de fechaduras de segurança, uso de luz exterior, cães de guarda, alarmes de segurança, assim como aprender técnicas de defesa pessoal. Estes comportamentos de mobilização incluem a extensão com que as pessoas “fortificam” as suas casas contra o crime. O medo pode assim restringir o comportamento social levando à adoção de comportamentos de proteção, que podem por sua vez reduzir o medo do crime (Guedes, 2012).

Há assim uma relação entre o medo do crime e a componente comportamental evitando por um lado, determinados tipos de comportamentos sociais nos cidadãos, e por outro lado, gerando determinados comportamentos de proteção.

3.5. Relação entre algumas variáveis e as componentes do sentimento de insegurança

Faremos uma breve abordagem a estudos publicados que procuram estudar o SI e algumas variáveis sociodemográficas incluídas também no nosso estudo como, o género, a idade e a escolaridade.

O género é segundo Hale (1996), a variável preditora do SI mais empiricamente comprovada na literatura. Alguns estudos têm demonstrado que as mulheres têm mais medo do crime e antecipam um maior risco de vitimação adotando mais comportamentos de evitamento, proteção e defesa do que os homens. Algumas explicações surgem para

comprovar estas constatações como, a maior vulnerabilidade física das mulheres e a sua capacidade de lidar com as perdas físicas, psicológicas e económicas, o medo de crimes sexuais (existindo a ameaça de que qualquer crime possa escalar para a violação), e o menor medo que se verifica nos homens faz parte do processo de socialização do género. Outro crime importante é a violência doméstica, que, ocorre num espaço privado e tem maior suscetibilidade de elevar o medo do crime das mulheres. Deste modo, o medo que estas sentem em relação à probabilidade de serem vítimas não deve ser entendido como irracional, pelo contrário, deve ser considerado como uma resposta racional a um conjunto de situações experienciadas ou que, no seu quotidiano, as amedrontam.

Um estudo de Sutton e Farrall (2005) citado por Guedes (2012), estudou as relações entre sexo, medo do crime e resposta social desejável, sugerindo que, em parte, a diferença entre homens e mulheres relativamente ao medo do crime ocorre porque os homens têm menos vontade de reportar os seus medos. Deste estudo demonstraram que os homens que estão mais preocupados em distorcer as suas respostas por questões de autoapresentação são aqueles que reportam menos medo do crime. Este resultado não foi encontrado nas mulheres. De acordo com os resultados que se têm obtido, as mulheres apresentam níveis mais elevados de medo do crime em relação aos homens, apesar de terem um risco objetivo de vitimação inferior.

Relativamente à idade, os estudos têm sido mais ou menos consistentes na ideia de que os indivíduos mais idosos têm mais medo do crime em relação aos mais novos, no entanto, outros estudos não encontraram diferenças entre grupos de idades. Mais recentemente, outros autores demonstraram existir um menor medo do crime nos mais idosos em relação aos mais jovens (Hale, 1996).

Também nesta variável, alguns estudos apontam resultados diferente, já que os mais novos têm uma probabilidade de vitimação superior em relação aos idosos, explicada pela tese da vulnerabilidade. Isto é, os indivíduos mais idosos apresentam mais elevada fragilidade física, baixa capacidade de resistência e, maior vulnerabilidade que se manifesta, por exemplo, no isolamento que sentem. Os investigadores referem que esse medo pode não estar relacionado com uma distorção da avaliação do risco, mas com uma antecipação das consequências de ser vítima de crime, levando os idosos a assumirem comportamento de segurança que por consequência minimizam o medo do crime e a vitimação (Skogan, 1999).

Ferraro e LaGrange (1987), concluíram que relativamente ao medo de sair a noite no seu bairro, as mulheres mais velhas referiram mais medo do que as mulheres mais

novas, não se verificando diferenças na idade para a amostra dos homens. Quando se questionou sobre o medo para diferentes tipos de crimes, os resultados foram diferentes. Aqui, os jovens adultos (18 a 29 anos) relataram níveis elevados de medo do crime, enquanto os adultos de meia-idade (46 a 64 anos) referem menos medo. No caso do medo do crime de assalto a habitação, verificou-se que os indivíduos com idades superiores a 65 anos tinham níveis mais baixos de medo do crime. Para os idosos, o medo do crime é um problema menos severo.

Num estudo de Ziegler e Mitchell (2003), sobre o efeito da idade no medo do crime, comparando mais novos e nos mais idosos no contexto de exposição ao crime violento, manipulada através da encenação de vídeo de um assalto a habitação. Os autores concluíram, que a visualização de um vídeo violento produziu classificações de medo mais elevadas, mas este como foi seletivo, isto é, o vídeo apresentado apenas afetou os indivíduos mais novos, destacando apenas o medo do crime em casa. Verificou-se que os indivíduos mais velhos reportaram, de forma significativa, menos medo do que os indivíduos mais novos, e reagiram de forma menos negativa ao vídeo que os mais novos.

Hale (1996) apresenta ainda uma análise efetuada entre o medo do crime e a escolaridade. Aqui, os estudos têm demonstrado que existe uma relação negativa entre o medo do crime e a escolaridade, significando, assim, que os indivíduos com menos escolaridade são os mais medrosos.

Capítulo 4

Metodologia da parte prática

4.1. Introdução

Neste capítulo irá ser exposta não só a metodologia de investigação utilizada para a elaboração deste trabalho, bem como os critérios de seleção da amostra que foi alvo dos questionários e as suas características. Para além disto ainda será exposta a apresentação dos instrumentos e técnicas que estiveram implícitos ao estudo e em toda a colheita de dados.

Foi realizada inicialmente uma abordagem teórica ao trabalho de investigação, na qual foram tratados os conceitos de segurança e sentimento de segurança, tendo-se procurado encaminhar esta temática para o SI sentido pela população de Venda Nova do concelho de Montalegre com o fecho do posto da GNR.

Realizada esta abordagem teórica, procede-se de seguida à investigação de campo, tendo como objetivo dar resposta às questões enunciadas neste trabalho. Como tal, tentar-se-á apurar qual o grau de SI da população após o encerramento do posto da GNR de Venda Nova do concelho de Montalegre.

4.2. Metodologia de abordagem ao problema e justificação

O estudo desenvolvido versa recursos na metodologia tipo exploratório, descritivo, e correlacional. Tem por base uma dimensão exploratória acerca de um determinado fenómeno sobre o qual pretendemos ter conhecimento e clarificar, “o sentimento de insegurança”, pois segundo Fortin (2003, p.137) o estudo exploratório “visa denominar, clarificar, descrever uma população ou conceptualizar uma situação”.

É também um estudo descritivo, pois descreve fenómenos, identifica variáveis e inventaria factos (Sarmiento, 2008). Também Polit e Hungler (1995) referem que a investigação descritiva tem como objetivo, descobrir, observar e documentar os aspetos de um fenómeno que ocorre de uma forma natural, podendo haver o estabelecimento de relações entre as variáveis em estudo.

Tendo em conta as características do estudo as opções metodológicas orientam-se também para um estudo correlacional, pois o investigador observa as variáveis não tendo o controlo ou intervenção propositada sobre as variáveis em estudo (Marôco, 2011). Por outro lado, e de acordo com Almeida e Frei (1997) este método permite ir para além de uma descrição de fenómenos, pois é possível estabelecer relações entre variáveis e quantificá-las. Assim este estudo pretende fazer a análise das correlações entre as variáveis estudadas.

Para Fortin (2003, p. 174), no estudo descritivo-correlacional, ”o investigador tenta explorar e determinar a existência de relações entre variáveis, com vista a descrever essas relações e conhecer as que estão associadas ao fenómeno estudado”.

O presente estudo insere-se ainda no âmbito da investigação quantitativa, tendo-se recorrido à aplicação de questionários para explorar a relação entre algumas componentes do SI, como a vitimação, o medo do crime e a componente comportamental e as variáveis sociodemográficas estudadas como, sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional e estado civil.

Tendo como orientação Fortin (2003), a opção pela análise quantitativa, prende-se com o facto de se basear na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador e tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos, oferecendo também a possibilidade de generalizar os resultados, de prever e de controlar os acontecimentos. Esta autora considera que o método de investigação quantitativa “constitui um processo dedutivo pelo qual os dados numéricos fornecem conhecimentos objetivos no que concerne às variáveis em estudo” (p. 322).

4.3. Procedimentos e técnicas

A escolha pelo questionário prende-se com o facto de este ser um instrumento de colheita de dados objetivo, permitir uma cobertura maior da população questionada, o entrevistador não necessitar de estar presente para aplicação do mesmo, permite que os sujeitos submetidos à sua aplicação não se dispersem nas respostas assegurando também o anonimato. Este foi o método de colheita de dados mais adequado tendo presente a distância desta União de freguesias de Montalegre a Vila Real, podendo o mesmo ser aplicado à distância, tal como previsto. Os questionários foram distribuídos e recolhidos com a prestimosa colaboração das forças vivas da comunidade, nomeadamente, os excelentíssimos presidentes das juntas das freguesias citadas, entre outros que prontamente se dignificaram a colaborar na entrega, distribuição e recolha dos mesmos, pelas nove freguesias em estudo.

A aplicação do questionário decorreu no período de fevereiro a maio de 2015, tendo sido entregues 300 questionários mas só recolhidos devidamente preenchidos 130, sendo esta a nossa amostra.

4.4. O inquérito por questionário

O instrumento de colheita de dados é a ferramenta utilizado para a obtenção de dados imprescindíveis à realização de um trabalho de investigação. A escolha do método de colheita de dados faz-se em função das variáveis em estudo e da respetiva operacionalização, dependendo igualmente da estratégia de análise estatística considerada (Fortin, 2003)

Neste estudo optamos pela aplicação de um questionário como instrumento de colheita de dados, pois “ajuda a organizar, a normalizar e a controlar os dados, de tal forma que as informações procuradas possam ser colhidas de uma maneira rigorosa com o objetivo de colher informação factual sobre os indivíduos, os acontecimentos ou as situações conhecidas dos indivíduos ou ainda sobre as atitudes, as crenças e intenções dos participantes” (Fortin, 2003, p. 249).

Este questionário por nós construído teve por base a dissertação de Mestrado de Guedes (2012) e o instrumento de colheita de dados por ela utilizado. Com base neste,

procedemos a uma readaptação, orientado este questionário para os objetivos do nosso estudo. Para esta autora, muitos inquéritos utilizados pelas investigações não pretendem apenas medir o SI, sendo este apenas um dos aspetos medidos. Refere ainda que existem questionários nacionais (British Crime Survey, General Social Survey), internacionais (International Crime Victims Survey) e inquéritos europeus, como é o caso do European Crime and Safety Survey. Tendo alguns sido já aplicados em Portugal com o objetivo de se medir a insegurança objetiva e a insegurança subjetiva, tendo Portugal, participado no International Crime Victims Survey (ICVS) em 2000 e 2005 e no European Crime and Safety Survey (EU ICS) em 2005.

Ainda segundo a mesma autora, a operacionalização das componentes do SI – medo do crime, risco percebido de vitimação e adoção de comportamentos – tem sido discutida e criticada por diversos autores, do qual se conclui que o SI é um conceito multidimensional e complexo, que se manifesta de diferentes formas: “emocionalmente (medo do crime), cognitivamente (risco percebido) e comportamentalmente (comportamentos de evitamento, proteção e autodefesa). Assim sendo, é necessário distinguir estas componentes aquando da sua operacionalização, por forma a garantir a validade” (Guedes, 2012, p. 12).

Tendo em conta estas componentes estruturou-se este questionário em três partes, que pretendeu averiguar as hipóteses acima colocadas.

A primeira parte contempla as questões sociodemográficas. Este grupo é constituído por 5 questões fechadas que pretendem fazer a caracterização da amostra, como sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional e estado civil. Destas foram categorizadas duas variáveis: a idade e as habilitações literárias.

A idade foi classificada em seis categorias (18-29 anos; 30-41 anos, 42-53 anos; 54-65; 66 -77 anos e dos 78 - 89 anos).

As habilitações literárias também em cinco categorias (primeiro ciclo do ensino básico; segundo ciclo do ensino básico; terceiro ciclo do ensino básico; ensino secundário e ensino superior)

A segunda parte inclui questões gerais de insegurança. Este grupo pretende avaliar o SI, de acordo com a divisão que tem sido feita das suas componentes como, a vitimação (perguntas 1 e 3), o medo do crime (pergunta 2) e a adoção de comportamentos por razões de segurança (pergunta 4).

As questões de vitimação avaliadas na pergunta 1 “já foi vítima de alguns dos seguintes crimes” procura verificar se os indivíduos já foram vítimas de crime, com duas

vertentes: por um lado a prevalência cumulativa, isto é, se alguma vez ao longo da vida foi vítima dos crimes indicados e por outro lado, a frequência (número de vezes) que essa vitimação ocorreu no último ano, ou seja, a prevalência corrente. Os crimes apresentados são os que usualmente surgem nos inquéritos internacionais de vitimação e em estudos da Escola de Criminologia e incluem, o roubo ou tentativa de roubo a veículos e habitação, roubo com ou sem violência, a agressão ou ameaça desta. Também inclui o momento do dia em que estes crimes acontecem frequentemente (dia, noite, não sabe).

A pergunta 2 diz respeito à componente medo do crime e as questões foram adaptadas aos objetivos do nosso estudo, medidos através de um conjunto de seis itens:

- Como é que se sente quando caminha sozinha(o) na sua localidade durante o dia? E durante a noite.
- Como é que se sente quando está sozinha na sua casa durante o dia? E durante a noite.
- Como se sente quando se depara com uma patrulha da GNR “a pé” na sua localidade?
- Como se sente quando se depara com uma patrulha da GNR “de carro” na sua localidade?

As respostas são avaliadas tendo por base uma escala tipo *Likert* com 5 possibilidades de resposta: 1- Muito inseguro; 2- Inseguro; 3- Nem inseguro, nem seguro; 4- Seguro; 5- Muito seguro.

A pergunta 3 diz respeito à vitimação e inclui um conjunto de quatro itens que pretende avaliar o que pensam os indivíduos acerca da possibilidade de poderem vir a ser vítimas de roubo, assalto ou agressão com ou sem violência. São avaliadas tendo por base uma escala tipo *Likert* com 5 possibilidades de resposta: 1- Nada provável; 2- Pouco provável; 3- Algo provável; 4- Provável; 5- Muito provável.

A pergunta 4 pretende operacionalizar a componente comportamental do sentimento de insegurança, num total de 8 itens divididos em três tipos de comportamentos: evitamento (3 itens), proteção (3 itens) e autodefesa (2 itens)

São avaliadas tendo por base uma escala tipo *Likert* com 5 possibilidades de resposta: 1- Nunca; 2- Poucas vezes; 3- Nem sempre, nem nunca; 4- Às vezes; 5- Muitas vezes.

Finalmente, a terceira parte é constituída por 3 questões que pretendem identificar as preocupações que estas populações apresentam após o encerramento do posto da GNR da localidade em estudo, procurando saber se houve alteração de comportamento na

segurança pessoal e de bens. No caso de a resposta ser afirmativa, que comportamento foi alterado.

Este questionário foi ainda sujeito a um pré-teste, com o objetivo de avaliar se estava ajustado quanto a ordem das questões, do vocabulário e do significado destas. Este procedimento decorreu durante o mês de janeiro de 2015, com a aplicação de 20 questionários à amostra do estudo, tendo-se procedido às correções consideradas pertinentes.

4.5. Variáveis do estudo

Em investigação, variável é qualquer aspeto observável, mensurável que pode ser suscetível de mudança, podendo alterar-se em qualidade e quantidade. Tem como objetivo conferir mais precisão aos enunciados científicos. Sarmento (2008) considera variável como sendo uma característica da população.

Para Fortin (2003, p.36), “... as variáveis são qualidades, propriedades ou características de objetos, das pessoas ou de situações estudadas numa investigação”. Classifica as variáveis em dependentes e independentes, definindo-as como sendo:

As variáveis dependentes são as que o investigador tem interesse em compreender, explicar ou prever. Para a autora, a variável dependente é a que sofre o efeito esperado da variável independente. São as variáveis que o investigador tem interesse em compreender, explicar ou prever.

Neste estudo, a variável dependente é o SI experienciado pela população, face ao encerramento do posto local da GNR de Venda Nova do concelho de Montalegre, sendo o SI avaliado pelas seguintes componentes: vitimação, medo do crime e componente comportamental (adoção de comportamentos por razões de segurança).

As variáveis independentes são as que o “investigador manipula para medir os efeitos na variável dependente” (Fortin, 2003, p. 37). Para Sarmento (2008), as variáveis independentes explicam as variáveis dependentes, cujos efeitos pretende medir. Neste estudo consideramos como variáveis independentes as variáveis sociodemográficas, como o sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional e estado civil.

4.6. Caracterização da amostra

Para elaborar toda a metodologia de investigação torna-se necessário definir a população que se pretende estudar. A população compreende “todos os elementos (pessoas, grupos e objetos) que partilham características comuns, as quais são definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo” Fortin (2003, p. 210). A população que vai ser submetida ao estudo é denominada de população alvo, sendo esta constituída pelos elementos seleccionados e para os quais o investigador pretende generalizar os resultados.

Como a colheita de informação numa população numerosa requer da parte de quem pesquisa tempo e recursos, que por norma se apresentam escassos e limitados, dificultando o estudo a todos os elementos da população, recorremos a uma parcela dessa população, designada por amostra. Fortin (2003, p. 202) define amostra como “um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte da mesma população”, devendo esta ser representativa da população visada, estando as suas características presentes na amostra seleccionada.

Assim, a amostra do estudo é constituída por 130 adultos residentes nas freguesias supracitadas e representadas pela sede - União de Freguesias de Venda Nova e Pondras do concelho de Montalegre (Figura nº 2), dispostos a colaborar no estudo de forma voluntária.

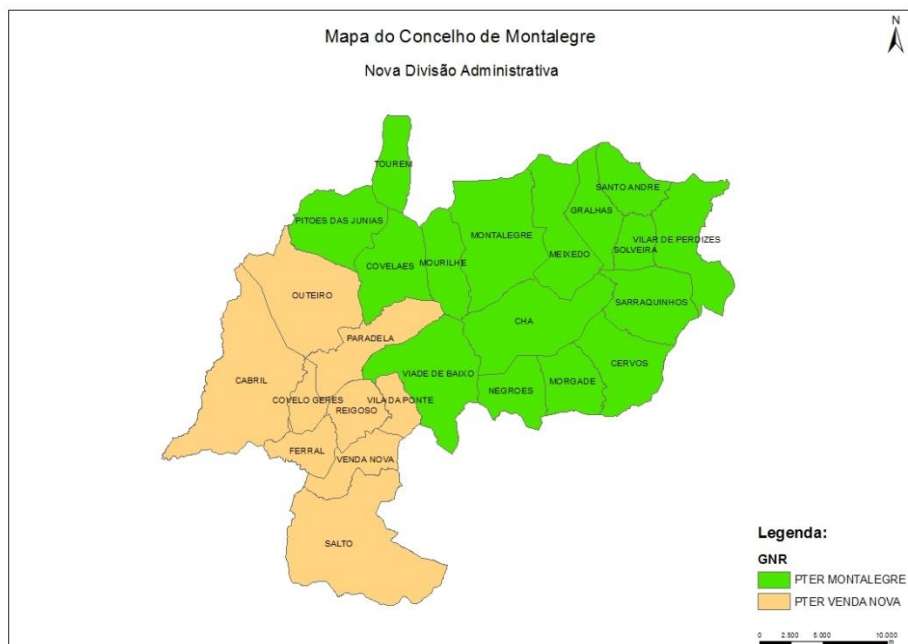


Figura n.º 2 – Nova Divisão Administrativa do Concelho de Montalegre.

Esta figura mostra a área e as freguesias em estudos (representadas a amarelo) abrangidas pelo encerramento deste posto da GNR.

Utilizou-se um método de amostragem não aleatória, pois a seleção de elementos da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhida para integrar a amostra (Fortin, 2003, p. 208), tendo-se optado pela amostragem por conveniência ou acidental, pois este método, representa de acordo com a autora “certas características que se conhecem sobre a população, não sendo no entanto possível conhecer a probabilidade de um determinado elemento do universo ser selecionado para constituir a amostra”. Este tipo de amostragem assenta no princípio de que os participantes apresentam uma maior disponibilidade, ou se encontram mais acessíveis para responder ao questionário.

Na perspetiva desta autora este tipo de amostragem é significativa embora “não se possa falar de representatividade” e é frequentemente utilizada quando se prevê dificuldades e elevados custos na realização de uma amostragem aleatória, vindo de encontro ao referido por Sarmiento (2018, p. 84), a amostragem voluntária ou por conveniência “ocorre quando a amostra é constituída por indivíduos que voluntariamente se disponibilizam para a integrar ou a amostra é recolhida na parte acessível da população”.

Capítulo 5

Resultados do trabalho da investigação empírica

5.1. Introdução

Neste capítulo vão ser apresentados os resultados obtidos no trabalho de campo, designadamente, o produto do questionário aplicado aos habitantes que foram abrangidos pelo encerramento do posto da GNR de Venda Nova do concelho de Montalegre.

No que diz respeito ao tratamento de dados, foi construída a base de dados com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 22, através do qual se realizou o tratamento e a análise dos dados recorrendo a técnicas paramétricas, sempre que os pressupostos da aplicabilidade das mesmas se verificassem, caso contrário recorreu-se a técnicas não paramétricas.

A caracterização da amostra será apresentada em figuras representativas e a respetiva análise textual e discussão dos resultados obtidos. Para tal, foram utilizados os principais indicadores de resultados de análise estatística como a média (m), frequência (f), desvio padrão ($dp.$) e percentagem (%).

Foi verificada a normalidade dos dados através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* e o pressuposto de homogeneidade das variâncias através do teste de *Levene*. Efetuou-se a análise multivariada MANOVA para determinar o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes; seguindo-se sempre que possível, de uma análise univariada para determinar as diferenças entre sexo, idade, estado civil, habilitações literárias e situação laboral. O pressuposto da normalidade e homogeneidade das matrizes de variância-covariância foi confirmado através do Teste M-BOX e do Teste de *Levene*, de acordo com os critérios de Dancey e Reidy (2006). Sempre que os pressupostos de aplicabilidade dos testes paramétricos não se verifiquem usaremos testes não paramétricos.

Ainda se recorreu ao teste de Qui-quadrado de independência para averiguar a associação entre as variáveis em estudo. Em todas as análises estatísticas foram considerados valores de significância de $p < 0,05$.

Estes resultados serão apresentados recorrendo a quadros e figuras de modo a colocar ao dispor os conteúdos, resultados ou dados, para mais facilmente serem observados. Esta apresentação e análise têm um carácter descritivo, reservando-se para depois a discussão dos resultados obtidos. A apresentação dos resultados corresponde à sequência dos mesmos no questionário aplicado, começando pela caracterização da nossa amostra.

5.2. Dados sociodemográficos dos inquiridos

Neste capítulo serão apresentados os dados sociodemográficos dos inquiridos, segundo as respostas dos mesmos.

A amostra é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de acordo com a figura n.º 3, e é composta por 58 pessoas do sexo masculino e 72 do sexo feminino, correspondendo a números percentuais de 44,6% e 55,4%, respetivamente.

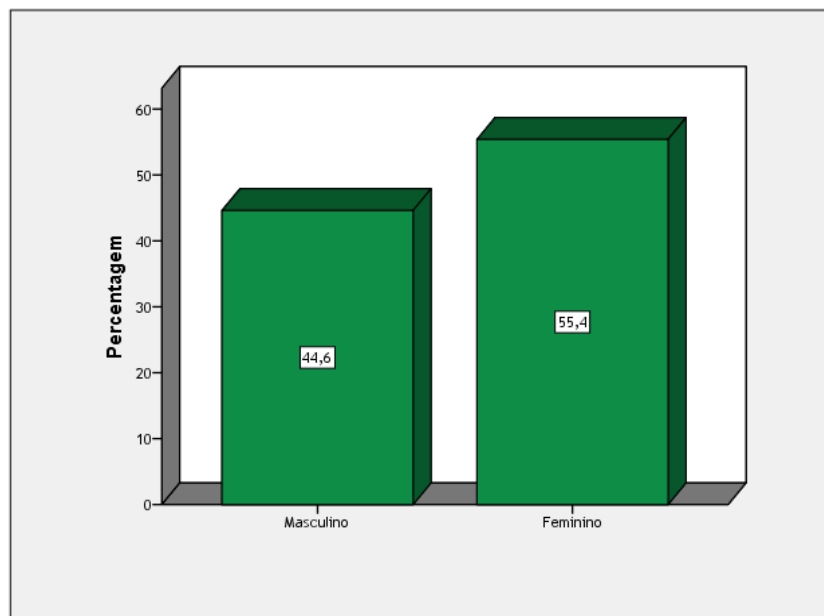


Figura n.º 3 – Caracterização da amostra segundo o sexo.

Revelou-se de todo pertinente formar escalões seis escalões etários de forma a evitar discrepâncias. Da nossa amostra 13,8% têm idades compreendidas entre 18-29 anos,

16,2% entre 30-41 anos, 15,4% entre 42-53 anos, 29,2% entre 54-65 anos, 17,7% entre 66-77 anos e 7,7% entre os 78-89 anos, sendo que a idade mínima e máxima, são 18 e 89 anos respetivamente. Verificou-se ainda que 25% dos inquiridos tem uma idade inferior ou igual a 39 anos, 50% tem idade inferior ou igual a 56 anos e 75% dos inquiridos tem idade inferior ou igual a 66 anos.

Se tomarmos como referência os 53 anos, verifica-se que 45,4% têm idades inferiores ou iguais 53 anos e 54,6% acima desta idade, verificando-se algum predomínio deste grupo de inquiridos.

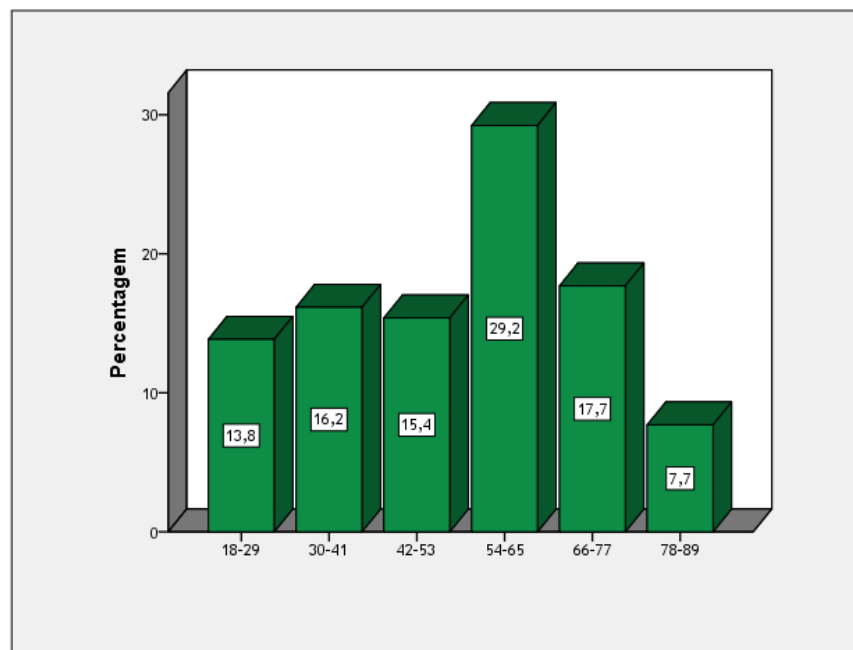


Figura n.º 4 - Caracterização da amostra segundo a idade.

Quanto à escolaridade, expressa na figura nº 5 a nossa amostra caracteriza-se da seguinte forma: 45 indivíduos (34,6%), tem o 1º ciclo, 19 (14,6%) o 2º ciclo, 22 (16,9%) possuem o 3º ciclo, 34 (26,2%) têm o ensino secundário e os restantes, 10 (7,7%) tem o ensino superior.

Verificou-se assim um predomínio de inquiridos com o 1º ciclo (4ª classe) e 66,1% possuem até ao 9º ano de escolaridade, sendo que, apenas 7,7% apresentam o ensino superior, destacando-se também os 26,2 % com ensino secundário.

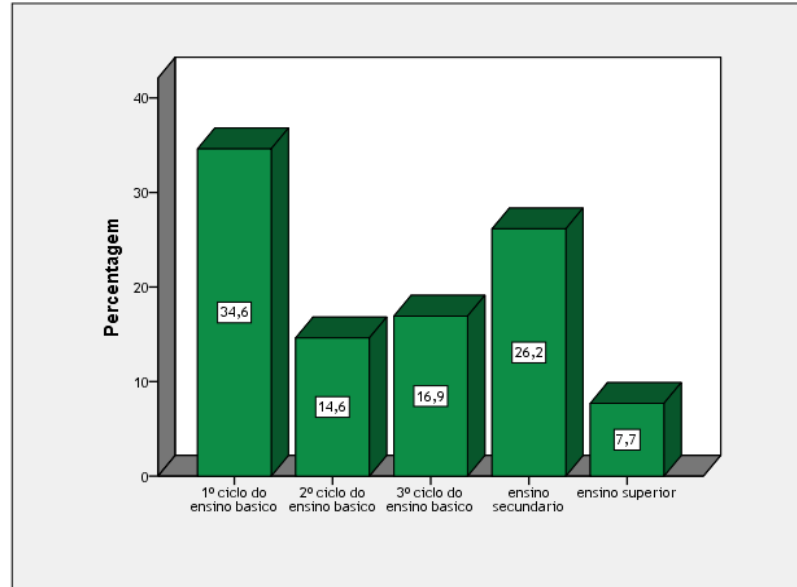


Figura n.º 5 – Caracterização da amostra segundo as habilitações literárias.

Dos 130 indivíduos da amostra representados na figura nº 6, 17 (12,3%) trabalham por conta própria e 54 (41,5%) por conta de outrem, 12 (9,2%) estavam desempregados, 41 (31,5%) reformados e os restantes 7 (5,4%) eram estudantes. Destaca-se que 53,8% dos inquiridos são trabalhadores (por conta própria ou por conta de outrem), sendo 41,5% trabalhadores por conta de outrem. Destaca-se também os 31,5% de inquiridos reformados, o que faz perceber o predomínio de população mais idosa e uma pequena percentagem de jovens estudantes.

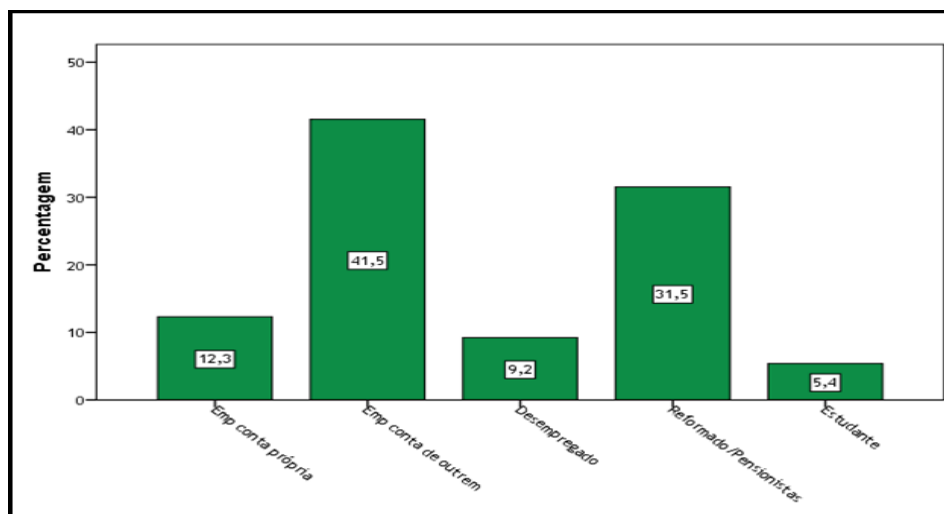


Figura n.º 6 – Caracterização da amostra segundo a situação profissional.

Relativamente ao estado civil, representado, na figura nº 7, 35 (26,9%) são solteiros, 61 (46,9%) são casados, 29 (22,3%) são viúvos, sendo os restantes (3,8%) divorciados. Cerca de metade dos inquiridos é casado, destacando-se também a elevada percentagem de viúvos (as).

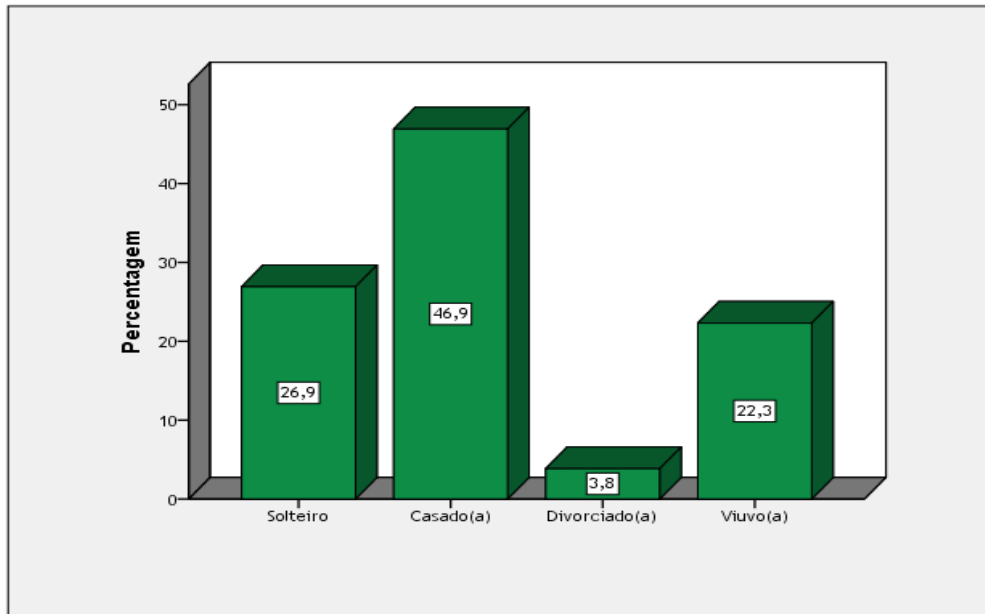


Figura n.º 7 – Caracterização da amostra segundo o estado civil.

5.3. Apresentação e análise dos resultados

Como já foi referido anteriormente o objetivo principal deste trabalho era o de analisar o SI na população em estudo. Deste modo, no que diz respeito às questões de insegurança, estas foram divididas, no questionário, de acordo com a divisão que tem sido feita das componentes do SI (o medo do crime, a vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança).

O modo como estas dimensões foram apresentadas neste questionário foi semelhante ao que tem sido feito nos inquéritos internacionais e nacionais. Assim, a pergunta 2 diz respeito à componente emocional do SI, o medo do crime, a questão 3 é relativa à perceção do risco de vitimação, que é a componente cognitiva do SI e a questão 4 é relativa à componente comportamental.

Torna-se também necessário analisar se os resultados são ou não consistentes, ou seja, se possuem os valores de fiabilidade apropriados. Desta forma, para testar a

fiabilidade do questionário foi efetuado o teste *Alfa de Cronbach* (α). Este teste mede a relação entre as respostas do questionário e as repostas dadas pelos inquiridos, apresentando uma correlação média entre as perguntas, podendo os valores de α variar entre 0 e 1. Neste estudo, o instrumento revelou uma boa consistência interna, sendo o α Cronbach de 0.82 para o índice do medo do crime e de 0.89 para a perceção de risco de vitimação. Quanto ao índice comportamental o nível de *Cronbach* encontrado foi de 0.67.

Nos quadros abaixo apresentam-se os resultados respeitantes à caracterização da amostra relativamente ao SI em função das variáveis sociodemográficas, sexo e idade, dicotomizada de acordo com a idade média (menor ou igual a 53 anos e maior do que 53 anos).

5.3.1. Sentimento de insegurança em função das características sociodemográficas

Caracterização da amostra segundo o sexo e a idade

Tal como se pode comprovar por análise do quadro n.º 2, a média das idades dos indivíduos inquiridos é de 52,59 com um desvio padrão de 18,11, sendo a idade média do sexo feminino de 51,58 com um desvio padrão de 18,58 e a do sexo masculino de 53,84 com um desvio padrão de 17,79.

De modo a verificar se existem diferenças significativas na idade entre sexos procedeu-se à realização do teste *t* de *student* (*t*) para amostras independentes, após se terem verificado os pressupostos da normalidade, pelo teste *Kolmogorov-Smirnov* (K-S, $p > 0,05$) e homogeneidade das variâncias (Levene, $p > 0,05$). De acordo com os resultados obtidos no teste *t* verifica-se que não existem diferenças significativas entre sexos relativamente à variável idade ($t(128) = 0,706$; $p = 0,481$).

Quadro n.º 2 – Teste *t* de *student* para amostras independentes segundo o sexo e a idade.

Idade	Sexo Feminino			Sexo Masculino			<i>t</i>	<i>P</i>
	N	M	Dp	N	M	Dp		
	72	51.58	18.58	58	53,84	17.79	0.706	0.481

Sentimento de insegurança em função do sexo

No que concerne à caracterização dos índices do sentimento de insegurança em função do sexo, quadro n.º 3, verifica-se que os valores médios obtidos para o índice medo do crime são muitos semelhantes havendo uma maior dispersão na amostra feminina. Quanto aos outros dois índices os valores médios obtidos são diferentes. Relativamente à variável idade os valores médios obtidos para cada um destes índices são diferentes. Com o intuito de avaliar se os fatores idade e sexo tiveram um efeito estatisticamente significativo sobre os índices efetuou-se uma MANOVA a dois fatores com interação após se ter validado os pressupostos da normalidade e homogeneidade das matrizes de variâncias-covariâncias. Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas, em pelo menos uma variável advindas do variáveis fator sexo (λ Wilks = 0,939, $F(3,124) = 2.684$, $p = 0,05$) e idade (λ Wilks = 0,907, $F(3,124) = 4.217$, $p = 0,007$) e a não existência de diferenças significativas advindas da interação (λ Wilks = 0,984, $F(3,124) = 0,685$, $p = 0,563$).

A análise de variância a dois fatores, ANOVA, permite-nos constatar que, quer para a variável risco de vitimação ($F(1,129) = 5.104$, $p = 0,026$), quer para a variável comportamento ($F(1,129) = 4.140$, $p = 0,044$), existem diferenças significativas entre os sexos feminino e masculino, sendo o sexo feminino o que apresenta maior risco de vitimação e adoção de comportamentos por razões de segurança.

Quadro n.º 3 – Sentimento de insegurança em função do sexo.

Componentes SI	Amostra total		Sexo feminino		Sexo masculino	
	M	dp	M	Dp	M	Dp
Medo Crime	2.72	0.58	2.73	0.78	2.72	0.63
Vitimação	3.45	0.96	3.61	0.95	3.25	0.74
Comportamental	2.99	0.71	3.09	0.71	2.88	0.70

O quadro seguinte diz respeito aos resultados obtidos quanto à vitimação da amostra do estudo. A análise da vitimação é feita a partir de dois parâmetros: a prevalência

cumulativa (vitimação ao longo da vida) e prevalência corrente (vitimação nos últimos 12 meses). As percentagens que se encontram no quadro n.º 4 referem-se ao conjunto de pessoas que já foram vítimas, tanto ao nível da prevalência cumulativa como da prevalência corrente.

Assim, no que diz respeito à prevalência cumulativa verifica-se que 67,2 % dos indivíduos do sexo feminino já foi vítima de pelo menos um dos crimes listados. Por sua vez, os indivíduos do sexo masculino apresentam uma percentagem mais baixa (45,8 %) em relação aos indivíduos do sexo feminino.

Quanto à prevalência corrente 48,3% dos indivíduos do sexo feminino e 41,7% dos indivíduos do sexo masculino já foi vítima de um dos crimes listados no último ano.

Relativamente à altura do dia em que o último crime aconteceu, verifica-se que 61,1% dos crimes foram cometidos durante o dia, 30,5 % durante a noite e os restantes inquiridos não se recordam em que momento do dia ocorreu.

Quadro n.º 4 – Prevalência cumulativa e corrente de vitimação em função do sexo.

Vitimação	n	amostra total	n	sexo feminino	n	sexo masculino
Prevalência cumulativa (%)	72	55.4%	39	67.2%	33	45.8%
Prevalência corrente (%)	58	44.6%	28	48.3%	30	41.7 %

Com o objetivo de verificar se existia uma relação entre os parâmetros prevalência cumulativa, prevalência corrente e o sexo utilizou-se o teste do qui-quadrado (χ^2). O valor de χ^2 para a prevalência cumulativa foi de 0,077, com uma probabilidade associada de 0,781, para um grau de liberdade (df) igual a 1, mostrando a ausência de associação entre este parâmetro e o sexo.

Relativamente à prevalência corrente o valor de χ^2 foi de 0,328, com uma probabilidade associada de 0,567, para um grau de liberdade igual a 1, mostrando também neste caso ausência de associação.

Quadro n.º 5 – Teste qui-quadrado para a prevalência cumulativa e prevalência corrente relativamente ao sexo.

	χ^2	Df	P
Prevalência cumulativa	0.077	1	0.781
Prevalência corrente	0.328	1	0.567

Sentimento de insegurança em função da idade

De modo a verificar se o fator idade influencia o sentimento de insegurança procedeu-se a uma análise de variância multivariada. Para a referida análise foi necessário a dicotimização da idade, a qual foi dicotomizada de acordo com a idade média amostral (menor ou igual a 53 anos e maior do que 53 anos).

Quanto ao fator idade, os resultados obtidos permitem-nos constatar que existem diferenças significativas em todas as variáveis: Medo crime (F (1,129) =4.867, p = 0,029), risco de vitimação (F (1,129) =5.449, p = 0,021), comportamento (F (1,129) =11.34, p = 0,001). Verifica-se que a população com idade inferior ou igual a 53 anos apresenta maior medo do crime e a vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança manifesta-se mais na população com idade superior a 53 anos.

Quadro n.º 6 – Sentimento de insegurança em função da idade.

Componentes SI	Idade <= 53 anos		Idade > 53 anos	
	M	Dp	M	Dp
Medo Crime	2.85	0.52	2.62	0.61
Vitimação	3.25	0.95	3.62	0.95
Comportamental	2.79	0.69	3.17	0.69

Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias

Com o intuito de avaliar se o fator escolaridade tem um efeito estatisticamente significativo sobre os índices medo do crime, risco de vitimação e comportamento efetuou-se uma MANOVA após se ter validado os pressupostos da normalidade e homogeneidade das matrizes de variâncias-covariâncias. Os resultados apontam para a não existência de diferenças significativas advindas da variável escolaridade (Maior Raiz de Roy = 0,0750, $F(4,125) = 2.346$, $p = 0,058$).

As habilitações literárias não interferem com o medo do crime, a vitimação e componente comportamental.

Quadro n.º 7 – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.

Componentes SI	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp
Medo Crime	2.65	0.49	2.49	0.68	2.73	0.57	2.73	0.57	2.92	0.58
Vitimação	3.58	0.94	3.51	1.01	3.52	0.98	3.53	0.98	3	1.09
Comportamental	3.01	0.64	3.01	0.73	3.11	0.68	3.11	0.68	2.6	0.68

Sentimento de insegurança em função da situação profissional

Tal como para as outras variáveis, também neste caso iremos proceder a uma MANOVA com o intuito de avaliar se o fator situação profissional tem um efeito estatisticamente significativo sobre estes índices, após se ter validado os pressupostos da normalidade e homogeneidade das matrizes de variâncias-covariâncias. Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas (traço de Pillai = 0,192, $F(12,375) = 2,139$, $p = 0,014$). Por análise da tabela ANOVA conclui-se que, apenas para a variável comportamento essas diferenças são significativas ($F(4,129) = 5,233$, $p = 0,001$). De modo a identificar qual ou quais os grupos profissionais para as quais essas diferenças são significativas efetuou-se o teste *post-hoc* de diferenças mínimas significativas, que revela que existem diferenças significativas entre os empregados por conta própria e

reformados/pensionistas ($p= 0,026$), empregados por conta de outrem e desempregados ($p= 0,038$), empregados por conta de outrem e estudantes ($p= 0,001$), desempregados e reformados/pensionistas ($p= 0,007$) e reformados/pensionistas e estudante ($p= 0,001$).

Observa-se que o medo do crime está mais presente no grupo da população desempregada enquanto a vitimação e adoção de comportamentos por razões de segurança estão mais presentes nos reformados.

Quadro n.º 8 – Sentimento de insegurança em função da situação profissional.

Componentes SI	Empregado conta própria		Empregado conta outrem		Desempregado		Reformado/ Pensionista		Estudante	
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp
Medo Crime	2.53	0.11	2.70	0.82	3.00	0.20	2.70	0.83	2.86	0.26
Vitimação	3.59	0.18	3.43	0.13	3.10	0.32	3.62	0.15	2.86	0.36
Comportamental	2.78	0.14	3.07	0.10	2.62	0.21	3.22	0.09	2.19	0.14

O terceiro grupo do questionário pretende identificar as preocupações que estas populações apresentam após o encerramento do posto da GNR da freguesia de Venda Nova, procurando identificar se houve alteração de comportamento na segurança pessoal e segurança de bens daquela população. No quadro n.º 9 estão descritas as preocupações apresentadas pelos inquiridos, havendo a possibilidade do inquirido efetuar várias opções de resposta de entre situações expostas.

Destaca-se que a maior preocupação desta população é o facto de se encontrem a uma maior distância da GNR com 30,2% e a um tempo de reação mais demorado com 25,3%, seguindo-se redução na comunicação entre a população e a GNR com 21,3% e a redução do patrulhamento com 20,4%. Como se observa é a distância da população à GNR que mais os preocupa, assim como uma resposta da GNR mais demorada e a uma presença junto das populações menos frequente.

Quadro n.º 9 – Preocupações manifestadas pelos inquiridos após o encerramento do posto da GNR.

Preocupações da população	N	%
Redução de patrulhamento	66	20.4
Maior distância da GNR à população	98	30.2
Tempo de reação mais demorado	82	25.3
Redução na comunicação entre a população e a GNR	69	21.3
Outras	9	2.8

Contudo observa-se pela figura n.º 8 que mesmo apresentando preocupações, mais de metade da população (55,4%) não alterou os seus comportamentos no sentido de reforçar a sua segurança pessoal. Apenas 44,6% alteraram os seus comportamentos tendo em vista a sua segurança pessoal.

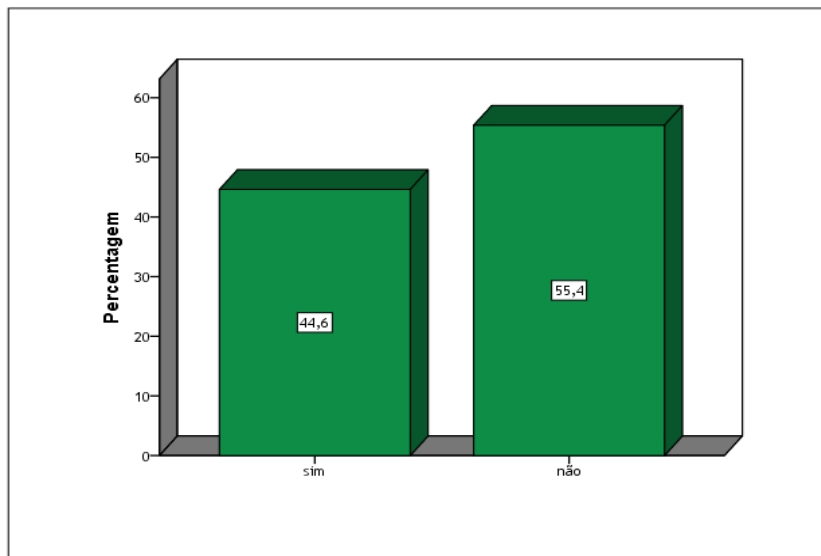


Figura n.º 8 – Distribuição da amostra segundo a alteração de comportamento na sua segurança pessoal.

Relativamente à segurança dos seus bens verifica-se pela figura n.º 9, que 56,9% não apresenta alteração nos seus comportamentos, tendo o mesmo sido verificado para apenas para 43,1% dos inquiridos.

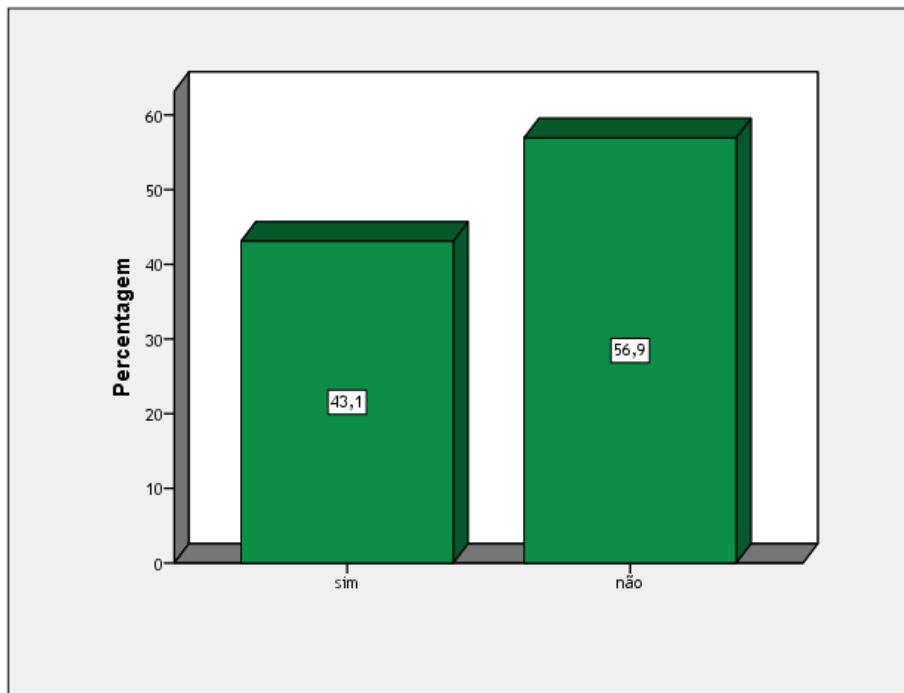


Figura n.º 9 - Distribuição da amostra segundo a alteração de comportamento na segurança dos seus bens.

Assim, no sentido de sabermos quais os comportamentos de segurança que os inquiridos adotaram para reforço da sua segurança pessoal e dos seus bens, foi-lhes dada a opção de uma resposta aberta e curta de onde se obtiveram os resultados que a seguir se apresentam.

Optamos por analisar conjuntamente as respostas abertas dada a semelhança das respostas obtidas as questões 2 e 3. Estas pretendiam saber se os inquiridos tinham alterado comportamentos na sua segurança pessoal ou dos seus bens, após o encerramento do posto da GNR Assim a pergunta 2: Após o encerramento do posto da GNR, alterou algum comportamento na sua segurança pessoal? Se sim, quais os comportamentos que alterou? A pergunta 3: Após o encerramento do posto da GNR, alterou algum comportamento na sua segurança dos seus bens? Se sim, quais os comportamentos que alterou?

Destacamos aqui as respostas que mais se evidenciaram e mais vezes foram referidas pelos inquiridos. Das respostas obtidas, os inquiridos referiram ter alterado comportamentos, entre os quais:

Referidas menos vezes, ou seja, inquiridos que apenas apontaram uma medida de segurança: “Andar com pouco dinheiro”; “Uso de arma em minha defesa pessoal”; “Não abrir portas a estranhos”; “Esconder bens pessoais”; “Deixar as luzes acesas”; “Demorar o menos tempo possível fora de casa” e “Evitar determinados locais”.

As respostas dadas por com maior frequência entre os inquiridos apontaram para uma ou mais medidas de segurança, destacando-se: “Não sair sozinho sobretudo à noite”, “Fechar as portas de dia e de noite”, “Usar alarmes em casa”, “Alterar fechaduras das portas e dos portões de casa”, “Estar mais vigilante”, “Passar a ter «cães de guarda» ” e por último “Estar mais atento a pessoas estranhas”.

5.4. Discussão dos resultados

Foram até agora apresentados os resultados destacando os mais significativos. Neste subcapítulo procedemos a uma síntese e apreciação crítica desses resultados confrontando-os com a fundamentação teórica de referência de forma a tentar relevar os seus significados e implicações. Vamos procurar relacionar cada componente do SI como o medo do crime, a vitimação e a componente comportamental com algumas variáveis sociodemográficas, de forma a dar resposta ao objetivo do estudo, ou seja, avaliar o SI da população de Venda Nova do concelho de Montalegre, após o encerramento do posto local da GNR.

Posto isto, iniciamos a discussão dos resultados obtidos destacando os dados que caracterizam a nossa amostra. Relativamente ao sexo, tem uma distribuição aproximada entre ambos os sexos embora se evidencie um ligeiro predomínio do sexo feminino.

Os resultados apontam para a existência de diferenças significativas para a variável sexo, permitindo constatar maior significância, quer para a componente risco de vitimação, quer para a componente comportamental. Assim, analisados o SI e o sexo, verificamos que, a perceção do risco de vitimação e a adoção de comportamentos de segurança estão mais presentes no sexo feminino muito embora não seja uma diferença muito elevada quando comparados com o sexo masculino.

De acordo com a literatura, o género é a variável preditora mais empiricamente comprovada do SI tendo alguns estudos demonstrado que as mulheres têm mais medo do crime e antecipam um maior risco de vitimação adotando mais comportamentos de evitamento, proteção e defesa relativamente aos homens Hale (1996).

Neste estudo, procedemos à análise da vitimação segundo dois parâmetros: a vitimação a que o inquirido esteve sujeito ao longo da vida (prevalência cumulativa) e a vitimação que ocorreu no último ano (prevalência corrente), com itens relacionados com o roubo, violência ou agressão. Da análise obtida verificamos que ambos os sexos revelam

ter sido vítimas de pelo menos um destes crimes ao longo da vida, sendo no entanto o sexo feminino o que apresenta maior vitimação.

Do mesmo modo, e relativamente ao facto de terem sido vítimas no último ano, quer homens quer mulheres já foram vítimas de pelo menos um dos crimes referidos, numa distribuição mais aproximada, não se verificando diferença entre os sexos.

No que concerne ao momento do dia em que o último crime aconteceu, verifica-se que 61.1% dos crimes foram cometidos durante o dia, 30.5 % durante a noite e os restantes inquiridos não se recordam.

Relativamente ao medo do crime não se mostraram resultados significativos parecendo não haver diferenças para com o sexo. Contudo, alguns estudos revelam maior medo do crime no sexo feminino, devido à sua maior vulnerabilidade física e à sua capacidade de lidar com as perdas físicas, psicológicas e económicas e o medo de crimes sexuais (existindo a ameaça de que qualquer crime possa escalar para a violação). A diferença entre homens e mulheres, relativamente ao medo do crime, ocorre porque os homens reportaram menos os seus medos (Sutton & Farrall, 2005).

No que se refere a variável idade, destacamos que 29,2% têm idades entre os 54-65 anos e 25,4%, com idades superiores a 66 anos o que denota uma tendência para o predomínio de uma população mais idosa. Contudo, a idade média da população da nossa amostra é de 52,59 (53) anos, tendo-se verificado neste estudo um predomínio de inquiridos com idades superiores aos 53 anos, distribuído de modo muito aproximado quer para o sexo masculino quer para o sexo feminino, tendo a análise de dados mostrado não haver diferenças estatísticas entre ambos.

Relacionando a idade e o SI podemos observar que todas as componentes deste último são influenciadas pela idade. Como foi já referido esta variável foi dicotomizada (menor ou igual a 53 anos e maior do que 53 anos), para mais facilmente ser analisada. Assim, verificamos que o medo do crime está mais presente na população com idade igual ou inferior a 53 anos.

Os estudos têm sido mais ou menos consistentes na ideia de que os indivíduos mais idosos têm mais medo do crime em relação aos mais novos, no entanto, outros estudos não encontraram diferenças entre grupos de idades. Mais recentemente, outros autores demonstraram existir um menor medo do crime nos mais idosos em relação aos mais jovens (Hale, 1996). Os investigadores referem que esse medo pode não estar relacionado com uma distorção da avaliação do risco, mas com uma antecipação das consequências de ser vítima de crime (Skogan, 1999).

Outros estudos apontam que jovens adultos relataram níveis elevados de medo do crime, enquanto os adultos de meia-idade (46 a 64 anos) referem menos medo. No caso do medo do crime de assalto à habitação, verificou-se que os indivíduos com idades superiores a 65 anos tinham níveis mais baixos de medo do crime. Para os idosos, o medo do crime é um problema menos severo. Guedes (2012) também chegou à conclusão de que apesar da variável idade ser um preditor significativo do medo do crime, os resultados concluem que os indivíduos mais novos foram os mais medrosos em relação aos indivíduos mais velhos. Os resultados alcançados relativamente ao medo do crime e à idade são mistos, o que leva a que não se possa afirmar de forma consciente que os indivíduos mais idosos são os mais medrosos.

Por outro lado, a vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança são mais evidentes na população com mais de 53 anos. Também nesta variável se verifica um paradoxo, já que os mais novos têm uma probabilidade de vitimação superior em relação aos idosos, explicada pela vulnerabilidade destes, isto é, os indivíduos mais idosos apresentam maior fragilidade física, menor capacidade de resistência e, maior vulnerabilidade que se manifesta, por exemplo, no isolamento que sentem.

Também, no que concerne à comparação da variável comportamento em dois grupos de idades, Guedes (2012), verificou que o valor médio de adoção de comportamentos é superior nos indivíduos com maior idade em relação aos indivíduos com menor idade, indo de encontro aos resultados do nosso estudo.

No que diz respeito à escolaridade o nosso estudo apresenta predominantemente população com escolaridade básica, distribuídas pelo primeiro, segundo e terceiro ciclo do ensino básico sendo o ensino secundário e superior pouco representativo.

No nosso estudo não se revelaram significativas a relação entre as habilitações literárias e o SI, isto é, independentemente do nível de escolaridade, não há discrepância entre o medo do crime, a vitimação e a componente comportamental dos inquiridos.

Esta variável mostrou-se pouco significativa na diferenciação da insegurança ao nível das suas três componentes. De acordo com Joyce Moniz e Reis (1991, como citado em Gameiro, 1998), e a teoria desenvolvimentista, a escolaridade dos indivíduos está associada às competências cognitivo-conceptuais, sendo de admitir que as pessoas com menor nível de escolaridade possuem habitualmente “menos capacidade de integração conceptual dos fenómenos perturbadores vividos” (p.154). Para o autor os indivíduos com mais elevado nível de escolaridade adaptam-se melhor a um acontecimento ameaçador.

Por sua vez, Hale (1996) apresenta ainda uma análise efetuada entre o medo do crime e a escolaridade. Aqui, os estudos têm demonstrado que existe uma relação negativa entre o medo do crime e a escolaridade, significando, assim, que os indivíduos com menos escolaridade são os mais medrosos. Tendo em conta a perceção do risco de vitimação em função da escolaridade, os indivíduos com escolaridade inferior a 13 anos apresentam a perceção do risco de vitimação mais elevado relativamente aos indivíduos com escolaridade superior a 13 anos. A adoção de comportamentos em função da escolaridade segue a mesma tendência, ou seja, os sujeitos com menor escolaridade, adotam mais comportamentos em relação a sua segurança (Guedes, 2012)

Assim, são os menos instruídos que reagem a estas situações com mais insegurança, pois o grau de formação poderá permitir-lhes compreender mais facilmente estas situações, o que não vem de encontro aos resultados do nosso estudo, pois neste, não se verifica relação significativa entre os componentes de SI e as habilitações literárias dos indivíduos. Obtivemos, para esta variável, um valor de significância de 0,058, que consideramos como não havendo relação entre elas, apesar de este valor estar muito próximo do limiar estabelecido para este estudo, $p < 0,05$.

Fazendo uma análise à situação profissional e a sua relação com as componentes de insegurança, verificamos que mais de metade dos inquiridos são trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, sendo este grupo o mais evidente. Este trabalho pode ser desenvolvido nas suas localidades de residência ou terem de se deslocar para outras localidades mais ou menos próximas. A presença ou afastamento do seu local de residência pode levar a diferenciação de comportamentos face ao SI.

O nosso estudo revela diferenças significativas entre a situação laboral e o SI, qualquer que seja a situação profissional dos inquiridos, ou seja, quer os empregados por conta própria ou de outrem, os desempregados, os reformados ou os estudantes, evidenciam significâncias apenas na componente comportamental. Nesta componente, estão integrados os reformados/pensionistas, como os que mais sentem a vitimação assim como são estes grupos de idosos que adotam mais comportamentos por razões de segurança.

Incluímos ainda na caracterização da nossa amostra o estado civil, tendo verificado que mais de metade da população se distribui pela situação de casado e viúva (o), esta com 22,3%. Este dado direciona-se para população mais idosa e sujeita a maior solidão. Sendo uma localidade do interior onde os recursos de empregabilidade são mais diminutos as

famílias tendem a emigrar ou simplesmente deslocar-se para localidades do país mais promissoras em termos da sua realização pessoal, ficando os pais mais sós e mais isolados.

Contudo, da pesquisa efetuada não se observou que esta variável fosse tida muito em conta na avaliação com o SI nas suas três componentes, razão pela qual optamos por empregá-la apenas para a caracterização da nossa amostra, como forma de melhor conhecer esta população.

Na sequência dos dados obtidos, pretendemos ainda analisar as preocupações que a população apresenta após o encerramento do posto local da GNR. Destaca-se que a maior preocupação desta população é o facto de se encontrem a uma maior distância da GNR com 30,2% e a um tempo de reação mais demorado com 25,3%, seguindo-se redução na comunicação entre a população e a GNR com 21,3% e a redução do patrulhamento com 20,4%. Como se observa é a distância da população à GNR que mais os preocupa, assim como uma resposta mais demorada e a uma presença junto das populações menos frequente.

No entanto, mesmo apresentando preocupações, a maioria da população não alterou os seus comportamentos no sentido de reforçar a sua segurança pessoal e a segurança dos seus bens após o encerramento do posto local da GNR. Apenas 44,6% (na segurança pessoal) e 43,1% (na segurança dos seus bens) alteraram os seus comportamentos. Para estes, observamos que assumem como reforço das medidas de segurança mais usuais, o evitar sair a noite, segurança da habitação como, fechar as portas de dia e de noite, uso de fechaduras de segurança, uso de alarmes, cães de guarda, procurando manter-se mais vigilantes, sobretudo à presença de pessoas estranhas.

Tais comportamentos vão ao encontro ao que Perez (2007) descreve, referindo-se às condutas de proteção dentro e fora de casa que as pessoas possam adotar, designadamente a instalação de sistemas de vigilância nas habitações, ou ainda fazerem-se acompanhar de animais de estimação e até adquirirem armas de defesa pessoal, e às que se reportam à conduta social, assumindo comportamentos de evitamento. Neste caso, evitando certos lugares associados ao risco de ocorrência de crime, ou ainda evitando determinado tipo de interações sociais em espaço público, limitando o seu comportamento a áreas seguras.

Neste sentido, consideramos que, os comportamentos adotados por razões de segurança serão efetuados, para reforço da sua segurança pessoal e dos seus bens, tendo em conta que a maioria da população da nossa amostra é casada e idosa e muitas das medidas adotadas se reportam à sua proteção e das suas habitações e conseqüentemente ao aumento do seu sentimento de segurança.

Os mecanismos sociais de proximidade, a fiabilidade e confiança nas informações ou notícias divulgadas e a intervenção social das instituições, levam o indivíduo a avaliar o risco da sua vitimização numa perspetiva individual, e social em relação à informação e à perceção, mais ou menos, aceitável da situação provocadora de insegurança (Leal, 2010).

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

Tendo como base o enquadramento teórico e o trabalho de campo realizado e por forma a atingir os objetivos propostos colocou-se a seguinte questão de investigação: **“Qual o sentimento de insegurança experienciado pela população após o encerramento do posto da Guarda Nacional Republicana de Venda Nova no concelho de Montalegre?”**. Este capítulo contempla a verificação ou impugnação das hipóteses formuladas, com conseqüente resposta às perguntas de investigação, à exposição de reflexões e das limitações sentidas ao longo de toda a investigação. Por último, serão apresentadas algumas propostas para investigações futuras.

6.2. Verificação das hipóteses e resposta às questões derivadas

Com o objetivo de obter a resposta à questão central, irão ser validadas ou refutadas as hipóteses elaboradas para este estudo e apresentadas no início do trabalho, efetuando a respetiva análise das respostas às questões derivadas.

O nosso estudo caracteriza-se por uma população com predomínio do sexo feminino, mais idosos, menos anos de escolaridade, mais pessoas casadas, mais trabalhadores por contra de outrem e reformados/pensionistas. Relativamente aos restantes dados deste estudo, passamos a expô-los, dando assim resposta às hipóteses e objetivos do estudo.

QD1: De que forma se encontra relacionado o sentimento de insegurança com o sexo, idade, habilitações literárias e situação profissional? Para dar resposta a esta questão, concorrem as **H1, H2, H3 e H4**.

H1- O sentimento de insegurança varia de acordo com o género. Esta hipótese é confirmada parcialmente, ou seja, há diferenças significativas para a variável sexo e o sentimento de insegurança. Contudo, quando analisada esta variável com as suas componentes verificou-se que os valores médios obtidos para o índice medo do crime são muito semelhantes, com maior dispersão para o sexo feminino, conforme observado no quadro nº 3.

Por outro lado, quer para a variável risco de vitimação quer para a variável comportamento existem diferenças significativas entre os sexos feminino e masculino, sendo o sexo feminino o que apresenta maior risco de vitimação e adoção de comportamentos por razões de segurança, exibidos nos apêndices A e B.

Neste sentido, a análise da prevalência cumulativa e corrente expostos no Quadro nº 4, permite-nos também constatar que a maioria do sexo feminino já foi vítima de pelo menos um dos crimes listados ao longo da vida, comparativamente aos indivíduos do sexo masculino. Também relativamente a ocorrência de crimes no último ano, verificamos que o sexo feminino assume algum predomínio sobre o sexo masculino.

H2 – O sentimento de insegurança varia de acordo com a idade. Esta hipótese confirma-se totalmente, ou seja, existem diferenças significativas em todas as componentes do sentimento de insegurança, de acordo com resultados obtidos., apêndices A e B.

Verificamos ainda que a população com idade inferior ou igual a 53 anos apresenta maior medo do crime e que a vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança manifestam-se mais na população com idade superior a 53 anos, conforme o Quadro nº 6.

H3 – O sentimento de insegurança varia de acordo com as habilitações literárias. Esta hipótese não se confirmou neste estudo, ou seja, não existem diferenças significativas advindas da variável habilitações literárias e o sentimento de insegurança, tendo por referência os resultados obtidos no apêndice C. As habilitações literárias não interferem com o medo do crime, a vitimação e a componente comportamental, conforme o quadro nº 7.

H4 – O sentimento de insegurança varia de acordo com a situação profissional. Esta hipótese confirma-se parcialmente, ou seja, existem diferenças significativas, contudo apenas para a componente comportamental do sentimento de insegurança, de acordo com resultados obtidos nos apêndices D, E e F.

Neste sentido e de acordo com o Quadro nº 8, verificamos que os reformados/pensionistas são os que mais adotam comportamentos por razões de segurança,

sendo por isso, a população mais idosa. Existem contudo diferenças significativas entre todas as categorias profissionais dos inquiridos.

QD2: Quais as preocupações manifestadas pela população com o encerramento deste posto? De forma a responder a esta questão, concorre a **H5**.

H5 – A população sente-se preocupada com a redução do patrulhamento da GNR. Esta hipótese confirma-se parcialmente, uma vez que de acordo com o Quadro nº 9, a maior preocupação desta população é o facto de se encontrarem a uma maior distância da GNR. Contudo, preocupações como o tempo de reação mais demorado, a redução na comunicação entre a população e a GNR e a redução do patrulhamento foram as preocupações que mais se destacaram, levando a um maior sentimento de insegurança da população.

QD3: Quais os comportamentos adotados pela população após o encerramento deste posto? De forma a responder a esta questão, concorrem as **H6** e **H7**. Foram analisadas as respostas em conjunto, dada a semelhança das mesmas.

H6 e **H7** – A população alterou os habituais convívios sociais e reforçou a segurança das habitações. – Esta hipótese confirma-se totalmente, baseada nos resultados obtidos nas figuras nº 8 e 9 e nas questões nº 2 e 3 do grupo III do questionário. Apesar de observarmos em ambas as figuras que a maior parte da população não alterou os seus comportamentos no sentido de reforçar a sua segurança pessoal e a segurança dos seus bens, uma grande percentagem optou por adotar novos comportamentos após o encerramento local do posto da GNR. Assim, as alterações de comportamento menos frequentes foram: “Andar com pouco dinheiro”, “Usar arma em defesa pessoal”, “Não abrir portas a estranhos”, “Esconder bens pessoais”, “Deixar as luzes acesas”, “Demorar o menos tempo possível fora de casa”, “Evitar determinados locais”, “Não sair sozinha/sobretudo a noite” e ainda estar “Estar mais atento a pessoas estranhas”.

Verificamos ainda que as alterações no comportamento da população mais evidentes foram: “Fechar as portas de dia e de noite/segurança da casa”, “ Usar alarmes em casa”, “Alterar fechaduras das portas e portões da casa”, “Estar mais vigilante” e “Passar a ter cães de guarda”, destacando-se assim medidas reforçadas das habitações, que no seu conjunto contribuem para minimizar o sentimento de insegurança.

6.3. Reflexões finais e recomendações

A sociedade tem sofrido várias transformações, reflexo da inovação tecnológica que condiciona o dia-a-dia das pessoas. A visibilidade e capacidade das forças de segurança para resolver os problemas concretos dos cidadãos designa-se hoje por policiamento de proximidade, e assenta numa estratégia de organização que permite à GNR trabalhar em conjunto com a comunidade, levando à satisfação e resolução dos problemas da sociedade. Esta integração nos problemas da comunidade distancia-a do policiamento repressivo, mais tradicional, tornando-a mais proativa desenvolvendo uma atitude positiva de prevenção e antecipação dos problemas.

Este modelo de policiamento levou à concretização de parcerias com vista a redução dos níveis de insegurança local e a eliminação ou minimização de focos que podem gerar atos ilícitos, aumentando o sentimento de segurança, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Contudo, o conceito de segurança é vasto, sendo um valor essencial que deve existir e prevalecer numa sociedade livre e democrática, como imprescindível para o desenvolvimento social e económico do país em paz e tranquilidade. Por outro lado, o sentimento de insegurança, é entendido numa perspetiva objetiva, quando constatamos problemas sociais como a criminalidade, a violência, as desordens urbanas ou a delinquência juvenil, e a insegurança subjetiva designada como sentimento de insegurança e integra as dimensões cognitivas e afetivas.

Assim, o SI pode ser entendido como uma condição psicológica do qual fazem parte diferentes componentes que podem ser conceptualizadas como sendo, o medo do crime (componente afetiva), a vitimação (componente cognitiva) e por fim, a componente comportamental.

O medo do crime leva a práticas e medidas preventivas dos indivíduos para evitar uma possível vitimação, sendo esta entendida como a perceção que as pessoas têm da criminalidade, ou seja, a probabilidade de vitimação e, a ameaça do crime. Por outro lado, as diferentes maneiras das pessoas reagirem e darem resposta ao crime, refletem um foco no seu comportamento, podendo contribuir para um maior sentimento de insegurança.

Assim, este estudo orientou-se no sentido de avaliar “qual o sentimento de insegurança experienciado pela população após o encerramento do posto da Guarda Nacional Republicana de Venda Nova no **concelho e Montalegre**”, através de um conhecimento mais aprofundado desta população e tendo por base a fundamentação teórica

e o estudo empírico realizado, conscientes do quanto não é confiável determinar concretamente o comportamento destas componentes, nesta população, dada a sua reduzida amostragem.

Contudo, podemos concluir que a população em estudo revela sentimento de insegurança pois, podemos observar maior medo do crime, de vitimção e adoção de comportamentos de segurança no sexo feminino e na população mais idosa, sendo estes também os que mais medidas de segurança adotam para sua proteção pessoal e dos seus bens. É uma população que apresenta preocupações relativas à sua segurança destacando a distância destas localidades ao atual posto da GNR e ao reduzido patrulhamento de proximidade o que mais insegurança lhes transmite.

Em conclusão, a partilha de responsabilidades, com a colaboração da população e das entidades representativas locais permite alcançar objetivos que numa atuação isolada seriam impraticáveis. Por todas estas razões, este estudo, mesmo com todas as limitações assumidas, revelou-se um contributo para a segurança dos cidadãos da freguesia de Venda Nova do concelho de Montalegre tornando-se relevante a avaliação realizada no âmbito desta investigação e manifesta-se benéfico estender esta perspetiva a toda a estrutura da GNR.

6.4. Limitações da investigação

Foram identificadas ao longo deste estudo algumas limitações que obrigam a uma atitude de prudência face à interpretação dos resultados e a sua generalização.

Este trabalho apresenta desde logo a grande limitação de tempo que nos é concedido para a sua elaboração. Por outro lado, surgiram algumas dificuldades na conceptualização de conceitos como segurança ou SI devido à sua esfera de utilização abrangente e à subjetividade que obrigatoriamente se encontra presente na exposição dos referidos conceitos.

Deparamo-nos ainda com a dificuldade de não possuímos instrumentos de colheita de dados previamente validados para operacionalizar a complexa variável que é o sentimento de segurança. Por outro lado, a dificuldade na aplicação do questionário, o número reduzido de elementos da amostra assim como o tipo de amostragem utilizado, podem afetar a representatividade da população em estudo.

6.5. Investigações futuras

A temática abordada neste trabalho estende-se além da investigação realizada, podendo e devendo ser explorada com futuros estudos. Considera-se pertinente que seja efetuada uma nova investigação, com uma maior abrangência de habitantes, como forma de testar os resultados encontrados, incluindo eventualmente outras variáveis que poderão ajudar a compreender melhor o SI.

Apesar dos resultados obtidos revelarem uma relação entre o SI e as variáveis estudadas, seriam benéficas investigações mais profundas e alargadas ao território nacional, de forma a perceber o impacto que o encerramento de postos da GNR tem sobre o sentimento de insegurança das populações.

Bibliografia

Academia Militar (2008). Orientações para redacção de trabalhos. Lisboa: Academia Militar.

Almeida, L.S., Frei, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Coimbra: APPORT.

Alves, A.C. (1995). Segurança!!!... O que é???. *Revista Pela Lei e Pela Grei.*, p. 13.

Alves, A.C. (2011). *Contributos para uma sociologia da polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.

Amaro, P. (2008). Segurança humana e protecção civil na sociedade do risco: A crise do modelo estatocêntrico na(s) segurança(s). In *IV Encontro Nacional de Riscos*, Coimbra, 10 março 2010 (83-94).

Birzer, M., & Tannehill, R. (2001). A more effective training approach for contemporary policing. *Police Quarterly*, 4 (2), 233-252.

Caiado, R.A. (2013). *O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em ciências jurídico-políticas*. Lisboa.

Canarias, D.L. (2014). *A Guarda Nacional Republicana e o Programa “Comércio Seguro”: O caso do concelho do Fundão: Relatório científico final do trabalho de investigação aplicada*. Lisboa.

Castro, H.H.M, Matrak Filho, R. & Monteiro, V.B. (2011). O sistema de segurança pública e o medo do crime. *Revista Ordem Pública e Defesa Social*, 4 (1/2, I e II Sem.), 91-100.

Cerqueira, C. M. N. (Org.). (2001). *Do patrulhamento ao policiamento comunitário*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Cezário, K.F.S. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP): Um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (Pipp). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3 (4), 56-71.

Coelho, M.M. (2013). Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.

Constituição da República Portuguesa: Atualizada de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/97 de 20 de setembro. (1998). Coimbra: Livraria Almedina.

Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, 48-54.

Damas, A.G.A. (2004). *Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.

Despacho n.º 10393/2010 de 22 de junho. Diário da república nº 199/2010 – II Série. Ministério da Administração Interna.

Ferraro, K.F. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*. York Press: State University of New

Ferraro, K.F. & LaGrange, R.L. (1987). The measurement of fear of crime. *Sociological Inquiry*, 57, 70-97.

Fonseca, R.J.N. (2013). *Os sentimentos de (in) segurança da comunidade face ao carácter proactivo da polícia*. Dissertação apresentada para obtenção do Curso de Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Lisboa.

- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (3ª ed.). Loures: Lusociência.
- Fraga, L.A. (2001). *Reflexões sobre o mundo actual. Problemas sociais contemporâneos*. Porto: Campo das Letras.
- Freixo, M. J. (2013). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Frias, G. (2004). A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade. In *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Actas* (pp.1.14). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Gameiro, M.G.H. (1998). *Experiências subjetivas de sofrimento na doença*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar - Universidade do Porto, Porto.
- Garofalo, J. (1981). The Fear of crime: causes and consequences. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 72 (2). 839-857.
- Gomme. (1988). The role of experience in the production of fear of crime: a test of a causal. *Canadian Journal of Criminology*, 30, 67-76.
- Guedes, I.M.E.S. (2012). *Sentimento de insegurança, personalidade e emoções disposicionais: Que Relações?* Dissertação de mestrado em Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto
- Dancey, C. & Reid, J. (2007). *Statistics without maths for psychology* (4 th ed.). Edinburg: Pearson Education
- GNR (2010). Policiamento de proximidade e Segurança Comunitária. Retirado: junho, 14, 2015, in: http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvvnv5/241t4nzn5
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, 4, 79-150.

Hill, M.M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Jackson, J., Farrall, S., & Gray, E., (2007). *Experience and Expression in the Fear of Crime*. Keele University.

Kuhn, A. & Agra, C.D. (2010). *Somos todos criminosos?* Porto: Casa das Letras.

Leal, J.M.P. (2010). *O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime*. *Sociologias*, 12 (23), 394-427

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. *Diário da República n.º167/2008 – I Série*. Assembleia da República.

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro. *Diário da República n.º213/2007 – I Série*. Assembleia da República.

Lewis, I. & Munn, P. (1987). *So you want to do research! A guide for teachers on how to formulate research questions*. Scottish Council for Research in Education.

Lisboa, M., & Dias, A. T. (2008). *Organizações e meio envolvente: O caso do policiamento de proximidade*. In VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.

Lourenço, N. (2010). *Cidades e sentimento de insegurança. Violência urbana ou insegurança urbana*. In E.A. Pereira Jr., J.F. Silva, & J. Maron (Org.), *Um toque de qualidade. eficiência e qualidade na gestão da defesa social*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social.

Machado, C. (2004). *Crime e insegurança: Discursos do medo, imagens do "outro"*. Lisboa: Notícias.

Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS* (5^a ed.). [S.l.]: Pero Pinheiro.

Ministério da Administração Interna. (1999). *Policimento de proximidade técnicas de proximidade*. Lisboa: Gráfica Peres.

Norma de Execução Permanente (NEP) nº520/2ª da Direção de Ensino, de 01 de junho de 2013, da Academia Militar.

NOTA 2114/11 de 29SET11 do Cter Vila Real

Perez, J.I.R. (2007). Cultura Cidadania, miedo al crimen y victimización: Um análisis de sua interrelaciones desde la perspectiva del tejido social. *Acta Colombiana de Psicología*, 10 (1), 65-74.

Pestana, N.H. & Gageiro, J.N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (3ª ed. rev. Aum.). Lisboa: Edições Sílabo.

Polit, D.F. & Hungler, B.P. (1995). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem* (3ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5.ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Reid, L.W. & Konrad, M. (2004). The gender gap in fear of crime: assessing the interactive effects of gender and perceived risk on fear of crime. *Sociological Spectrum*, 24, 399-425.

Reis, E., Melo, P., Andrade, R. & Calapez, T. (1997). *Estatística aplicada* (Vol. 2). Lisboa: Edições Sílabo.

Ricardo, J. (2012). Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in) segurança considerações para a construção de políticas públicas de segurança.

Rico, J.M. & Salas, L. (1992). *Delito, insegurança do cidadão e polícia: Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Polícia Militar.

Robert, P. (2002). *O cidadão, o Crime e o Estado*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rolim, M. (2009). *A síndrome da rainha vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Santos, A.A., Jr. & Henrique, J.M. (2005). Conjecturas acerca do arquétipo de atuação policial militar e perspectivas futuras. *Revista Visão Global*, 8 (30), 131-141.

Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Skogan, W. (1999). Measuring what matters: Crime, disorder, and fear. In R. Lanworthy (Ed.), *Measuring what matters: Proceedings from the policing research institute meetings*. Research Report. Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice and Office of Community Oriented Policing Services.

Sutton, R. M. & Farrall, S. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime: Are women really more anxious about crime? *British Journal of Criminology*, 45 (2), 212-224.

Trojanowicz, R. & Bucqueroux, B. (1999). *Policiamento Comunitário: Como Começar* (2ª ed.). São Paulo: Editora Parma Ltda.

Ziegler, R. & Mitchell, D. (2003). Aging and fear of crime: an experimental approach to an apparent paradox. *Experimental Aging Research*, 29, 173-187.

Apêndices

Apêndice A

QUESTIONÁRIO

Este questionário insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – na especialidade de Segurança, na Academia Militar, cuja finalidade visa estudar “**O encerramento de postos na GNR e as suas implicações no sentimento de segurança das populações**”.

Neste contexto e com o intuito de garantir a credibilidade científica do trabalho, existe a necessidade da elaboração de questionários anónimos, como forma de obtenção de informação sobre o sentimento de uma comunidade. O objetivo do estudo é avaliar o grau de segurança sentido pela população de Venda Nova, face ao encerramento do posto da GNR. Para tal, foram eleitos como destinatários do presente questionário, os habitantes das localidades afetadas com o encerramento deste posto, uma vez que são os intervenientes diretos nesta investigação.

Desta forma solícito a Vossa Excelência o preenchimento deste questionário, o qual constituirá um valioso contributo para atingir os objetivos da presente investigação.

Todos os dados obtidos serão tratados estatisticamente e analisados de forma anónima. Se no final do estudo, assim o desejar, colocarei à sua disposição para sua apreciação, os resultados do mesmo.

Agradeço antecipadamente a sua valiosa colaboração, lembrando que este Questionário tem objetivos meramente académicos.

Obrigado pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Rui Pedro Rodrigues Bento
Aspirante Aluno de GNR Infantaria

Grupo I

Para indicar a resposta a cada pergunta, faça uma cruz (X) no círculo correspondente à resposta escolhida, ou preencha o espaço em branco para essa finalidade.

<p>1. Sexo <input type="radio"/> F <input type="radio"/> M</p>
<p>2. Idade <input type="text"/> <input type="text"/></p>
<p>3. Habilitações Literárias:</p> <p> <input type="radio"/> 1º ciclo do ensino básico <input type="radio"/> Ensino Secundário <input type="radio"/> 2º ciclo do ensino básico <input type="radio"/> Ensino Superior <input type="radio"/> 3º ciclo do ensino básico </p>
<p>4. Situação Profissional:</p> <p> <input type="radio"/> Empregado por conta própria <input type="radio"/> Reformado/Pensionista <input type="radio"/> Empregado por conta de outrem <input type="radio"/> Estudante <input type="radio"/> Desempregado <input type="radio"/> Outra. Qual? _____ </p>
<p>5. Estado Civil:</p> <p> <input type="radio"/> Solteiro(a) <input type="radio"/> Casado(a) <input type="radio"/> Divorciado(a) <input type="radio"/> Viúvo(a) </p>

Grupo II

Responda a cada pergunta, fazendo uma cruz (X) no local correspondente à resposta escolhida.

1. Já foi vítima de algum dos seguintes crimes?

	Crime			Indique a altura do dia em que o último crime aconteceu
	Sim	Não	Se sim, nº total de vezes no último ano	
1. Roubo de algum objeto do interior do seu veículo				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
2. Roubo do seu veículo				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
3. Alguém tentou roubar alguma coisa da sua casa				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
4. Alguém roubou alguma coisa da sua casa				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
5. Outro tipo de roubo sem ter havido violência da parte do assaltante				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
6. Outro tipo de roubo com violência da parte do assaltante				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
7. Ameaças de agressão				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe
8. Agressão				<input type="radio"/> Dia <input type="radio"/> Noite <input type="radio"/> Não Sabe

2. Por favor responda a cada uma das afirmações de acordo com o que SENTE:

	Muito Inseguro	Inseguro	Nem inseguro, nem seguro	Seguro	Muito Seguro
1. Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na sua localidade, durante o dia					
2. Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na sua localidade, depois de escurecer					
3. Como é que se sente quando está sozinho(a) na sua casa, durante o dia					
4. Como é que se sente quando está sozinho(a) na sua casa, depois do escurecer					
5. Como é que se sente quando se depara com uma patrulha da GNR “a pé”, na sua localidade					
6. Como é que se sente quando se depara com uma patrulha da GNR “de carro”, na sua localidade					

3. Por favor responda a cada uma das afirmações de acordo com o que PENSA:

	Nada Provável	Pouco Provável	Algo Provável	Provável	Muito Provável
1. Pensa que poderá ser vítima de roubo sem violência, durante o próximo ano					
2. Pensa que poderá ser vítima de roubo com violência, durante o próximo ano					
3. Pensa que a sua casa poderá ser assaltada, durante o próximo ano					
4. Pensa que poderá ser vítima de agressão, durante o próximo ano					

4. Por razões de segurança:

	Nunca	Poucas Vezes	Nem sempre nem nunca	Às vezes	Muitas Vezes
1. Evita contactos com determinadas pessoas					
2. Evita determinadas ruas ou sítios					
3. Pratica desportos de defesa pessoal (Karaté, Judo...)					
4. Evita sair à noite					
5. Coloca fechaduras de segurança ou alarmes na habitação					
6. Quando se ausenta de sua casa, por 2 ou mais dias, pede a alguém para a vigiarem					
7. Costuma deixar uma luz acesa de sua casa quando sai à noite					
8. Usa armas de defesa pessoal					

Grupo III

Responda às questões fazendo uma cruz (X) no círculo correspondente à resposta escolhida, ou preencha o espaço em branco para essa finalidade.

Sempre que lhe for solicitada uma resposta por extenso, procure responder de forma mais breve possível.

1. Que preocupações surgiram após o encerramento do Posto da GNR de Venda Nova

- Redução do patrulhamento da GNR
- Maior distância da GNR à população
- Tempo de reação da GNR mais demorado
- Redução na comunicação entre a população e a GNR
- Outras, quais?

2. Após o encerramento do Posto da GNR, alterou algum comportamento na sua segurança pessoal?

- Sim Não

Se sim, quais os comportamentos que alterou? _____

3. Após o encerramento do Posto da GNR, alterou algum comportamento na segurança dos seus bens?

- Sim Não

Se sim, quais os comportamentos que alterou? _____

Apêndice B

Multivariate Tests^a

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
Intercept	Pillai's Trace	,988	3315,06 ^b	3,000	124,000	,000
	Wilks' Lambda	,012	3315,06 ^b	3,000	124,000	,000
	Hotelling's Trace	80,203	3315,06 ^b	3,000	124,000	,000
	Roy's Largest ...	80,203	3315,06 ^b	3,000	124,000	,000
sexo	Pillai's Trace	,061	2,684 ^b	3,000	124,000	,050
	Wilks' Lambda	,939	2,684 ^b	3,000	124,000	,050
	Hotelling's Trace	,065	2,684 ^b	3,000	124,000	,050
	Roy's Largest ...	,065	2,684 ^b	3,000	124,000	,050
IdadeMed	Pillai's Trace	,093	4,217 ^b	3,000	124,000	,007
	Wilks' Lambda	,907	4,217 ^b	3,000	124,000	,007
	Hotelling's Trace	,102	4,217 ^b	3,000	124,000	,007
	Roy's Largest ...	,102	4,217 ^b	3,000	124,000	,007
sexo * IdadeMed	Pillai's Trace	,016	,685 ^b	3,000	124,000	,563
	Wilks' Lambda	,984	,685 ^b	3,000	124,000	,563
	Hotelling's Trace	,017	,685 ^b	3,000	124,000	,563
	Roy's Largest ...	,017	,685 ^b	3,000	124,000	,563

a. Design: Intercept + sexo + IdadeMed + sexo * IdadeMed

b. Exact statistic

Figura n.º 10 – MANOVA - Sentimento de insegurança em função do sexo e idade.

Apêndice C

Tests of Between-Subjects Effects

Source	Dependent Variable	Type III Sum of ...	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	MedoCrime	1,975 ^a	3	,658	1,973	,121
	RiscoVitima.	8,905 ^b	3	2,968	3,391	,020
	Comportam.	6,880 ^c	3	2,293	4,964	,003
Intercept	MedoCrime	946,535	1	946,53	2836	,000
	RiscoVitima.	1475,988	1	1476,0	1686	,000
	Comportam.	1114,262	1	1114,3	2412	,000
sexo	MedoCrime	,003	1	,003	,009	,926
	RiscoVitima.	4,468	1	4,468	5,104	,026
	Comportam.	1,913	1	1,913	4,140	,044
IdadeMed	MedoCrime	1,624	1	1,624	4,867	,029
	RiscoVitima.	4,770	1	4,770	5,449	,021
	Comportam.	5,241	1	5,241	11,34	,001
sexo * IdadeMed	MedoCrime	,192	1	,192	,574	,450
	RiscoVitima.	,009	1	,009	,010	,921
	Comportam.	,339	1	,339	,734	,393
Error	MedoCrime	42,046	126	,334		
	RiscoVitima.	110,307	126	,875		
	Comportam.	58,212	126	,462		
Total	MedoCrime	1007,083	130			
	RiscoVitima.	1664,813	130			
	Comportam.	1232,094	130			
Corrected Total	MedoCrime	44,022	129			
	RiscoVitima.	119,212	129			
	Comportam.	65,092	129			

a. R Squared = ,045 (Adjusted R Squared = ,022)

b. R Squared = ,075 (Adjusted R Squared = ,053)

c. R Squared = ,106 (Adjusted R Squared = ,084)

Figura n.º 11 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função do sexo e idade.

Apêndice D

Effect		Value	F	Hypothesis s df	Error df	Sig.	Partial Eta Squared	Observed Power ^d
Intercept	Pillai's Trace	,984	2503,182 ^b	3,000	123,000	,000	,984	1,000
	Wilks' Lambda	,016	2503,182 ^b	3,000	123,000	,000	,984	1,000
	Hotelling's Trace	61,053	2503,182 ^b	3,000	123,000	,000	,984	1,000
	Roy's Largest Root	61,053	2503,182 ^b	3,000	123,000	,000	,984	1,000
Escolaridade	Pillai's Trace	,100	1,076	12,000	375,000	,379	,033	,626
	Wilks' Lambda	,902	1,076	12,000	325,719	,380	,034	,554
	Hotelling's Trace	,106	1,075	12,000	365,000	,380	,034	,625
	Roy's Largest Root	,075	2,346 ^c	4,000	125,000	,058	,070	,665

Quadro n.º 10 – Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.

Apêndice E

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
Intercept	Pillai's Trace	,979	1918,182 _b	3,000	123,000	,000
	Wilks' Lambda	,021	1918,182 _b	3,000	123,000	,000
	Hotelling's Trace	46,785	1918,182 _b	3,000	123,000	,000
	Roy's Largest Root	46,785	1918,182 _b	3,000	123,000	,000
Situação_profissional	Pillai's Trace	,192	2,139	12,000	375,000	,014
	Wilks' Lambda	,814	2,191	12,000	325,719	,012
	Hotelling's Trace	,220	2,230	12,000	365,000	,010
	Roy's Largest Root	,176	5,504 ^c	4,000	125,000	,000

Quadro n.º 11 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função das habilitações literárias.

Apêndice F

Source	Dependent Variable	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	MedoCrime	1,496 ^a	4	,374	1,099	,360
	RiscoVitimação	5,374 ^b	4	1,343	1,475	,214
	Comportamento	9,336 ^c	4	2,334	5,233	,001
Intercept	MedoCrime	576,442	1	576,442	1694,403	,000
	RiscoVitimação	831,150	1	831,150	912,645	,000
	Comportamento	582,665	1	582,665	1306,293	,000
Situação_profissional	MedoCrime	1,496	4	,374	1,099	,360
	RiscoVitimação	5,374	4	1,343	1,475	,214
	Comportamento	9,336	4	2,334	5,233	,001
Error	MedoCrime	42,525	125	,340		
	RiscoVitimação	113,838	125	,911		
	Comportamento	55,756	125	,446		
Total	MedoCrime	1007,083	130			
	RiscoVitimação	1664,813	130			
	Comportamento	1232,094	130			
Corrected Total	MedoCrime	44,022	129			
	RiscoVitimação	119,212	129			
	Comportamento	65,092	129			

Quadro n.º 12 – ANOVA - Sentimento de insegurança em função da situação profissional.

Apêndice G

Multiple Comparisons

LSD

Dependent Variable	(I) Situação profissional	(J) Situação profissional	Sig.	95% ...
				Lower Bound
Comportamento	Estudante	Emp conta própria	,091	-1,5925
		Emp conta de outrem	,137	-1,3321
		Desempregado	,587	-1,1453
		Reformado/Pensionistas	,054	-1,5311
Comportamento	Emp conta própria	Emp conta de outrem	,129	-,6667
		Desempregado	,541	-,3485
		Reformado/Pensionistas	,026	-,8340
		Estudante	,056	-,0142
	Emp conta de outrem	Emp conta própria	,129	-,0857
		Desempregado	,038	,0249
		Reformado/Pensionistas	,268	-,4277
		Estudante	,001	,3443
	Desempregado	Emp conta própria	,541	-,6610
		Emp conta de outrem	,038	-,8686
		Reformado/Pensionistas	,007	-1,0344
		Estudante	,180	-,2001
Reformado/Pensionistas	Emp conta própria	,026	,0547	
	Emp conta de outrem	,268	-,1200	
	Desempregado	,007	,1668	
	Estudante	,000	,4886	
Estudante	Emp conta própria	,056	-1,1838	
	Emp conta de outrem	,001	-1,4063	
	Desempregado	,180	-1,0572	
	Reformado/Pensionistas	,000	-1,5697	

Figura n.º 12 – Teste post-hoc - Sentimento de insegurança em função da situação profissional.